

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

ATA N° 150 - "A"

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA  
1° SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (*AD HOC*)  
2ª SECRETÁRIA - DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Sr. Deputado Benedito Pinto e a Srª Deputada Serys Slhessarenko a assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS BENEDITO PINTO E SERYS SLHESSARENKO ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, a Srª 2ª Secretária, para proceder à leitura da Ata.

(A SRª 2ª SECRETÁRIA PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

A SRª 2ª SECRETÁRIA - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Solicito à Assessoria que retifique a lista de presença dos Srs. Deputados, para que conste a presença da Deputada Serys Slhessarenko, que não consta como presente, nem ausente, e ela se encontrava presente na Sessão. Com essa anotação, e não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1° Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (LÊ) - "Memorando do Chefe de Gabinete do Deputado Gilney Viana, justificando sua ausência nas Sessões dos dias 24 e 25, em virtude de sua participação como Delegado Nacional no segundo Congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, em Belo Horizonte; Ofícios n° 797/99, do Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, encaminhando o Quadro do Orçamento daquela Secretaria, referente aos exercícios de 1999 e 2000, - 355 e 356/99, do Secretário de Estado de Infra-Estrutura, e 1392, 1395, 1385 e 1386, do Secretário-Chefe da Casa Civil, todos em respostas às Indicações de autoria dos Senhores Deputados."

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, para apresentar algumas proposições:

1ª) INDICAÇÃO: Indico ao Superintendente do Banco do Brasil em Mato Grosso, Sr. Francisco Germano de Assis Arruda, a necessidade de instalação de um Posto de Atendimento Avançado daquele estabelecimento de crédito no Município de Vera.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Superintendente do Banco do Brasil em Mato Grosso, Sr. Francisco Germano de Assis Arruda, indicando o que menciona.

### JUSTIFICATIVA

O desbravamento da região Norte de Mato Grosso, onde se localiza o Município de Vera, iniciou-se no final da década de 50, tendo maior desenvolvimento na década de 60, com a colonização de Sinop.

Os pioneiros daquela região de densas florestas precisaram desmatar para iniciar o plantio, quer de pastagens, quer de grãos, e, em decorrência da necessidade imperiosa de derrubar a mata, surgiram milhares de serrarias ao redor, sendo a extração de madeira a atividade econômica mais importante por um longo período.

Do Município de Sinop e adjacências foram implantadas outras cidades, e Vera é uma delas.

Aos poucos a extração de madeira foi diminuindo, formando ao redor das cidades muitos campos e plantações. Passadas três décadas de progresso, com a região crescendo acima da média nacional, verifica-se a falta de um grande impulso comercial e bancário para a região, e, tendo em vista ser o Banco do Brasil, historicamente, o estabelecimento de crédito vetor de desenvolvimento, considerando que o Município está desprovido deste serviço pelo qual o progresso flui, faz-se necessário este empreendimento no Município. É necessário levar em consideração que a única agência bancária existente é privada e o financiamento da agricultura torna-se muito caro, muitas vezes inviabilizando os agropecuaristas da região.

Atualmente, quem necessita de crédito agrícola tem que se dirigir a Sinop ou a Sorriso, percorrendo uma distância superior a 80 quilômetros, o que ocasiona perda de tempo e alto custo para a movimentação de contas. Além disso, devido ao fato de toda agência do Banco do Brasil receber uma determinada verba para a sua jurisdição, esse recurso é privilégio aos moradores de Sinop ou Sorriso, nada sobrando para Vera.

Empresários, agropecuaristas e Prefeitura Municipal se interessam em colaborar com as exigências do Banco, em decorrência da viabilidade da instalação. Vale ressaltar, ainda, que a economia da região é eminentemente da agricultura, da pecuária e pouco do comércio de madeira remanescente.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Sr. Presidente, numa visita que nós fizemos ao Município de Vera, houve a reivindicação de que se implante naquele município um posto de atendimento avançado, até porque eles têm dificuldades para viabilizar financiamentos para a agricultura, e o Município

de Vera é um município que trabalhava na extração da madeira... Eu e o Deputado Silval Barbosa estivemos lá e houve uma reivindicação nesse sentido.

2ª) INDICAÇÃO: Indico aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado federal a necessidade de apresentar Projeto de Emenda Constitucional para suprimir da Constituição da República de 1988 o Artigo 62 e seu parágrafo único, e o item XXVI, do Artigo 84, que autoriza o Presidente da República a adotar medidas provisórias com força de lei.

Com fulcro no que preceitua o Artigo 245, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento do presente expediente ao Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador José Agripino, indicando o que menciona.

### JUSTIFICATIVA

O Texto Constitucional inserido no Artigo 62 e seu parágrafo único e no item XXVI do Artigo 84 autoriza o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, a adotar medidas provisórias com força de lei. E estamos vendo, na prática, que a expressão “em caso de relevância” está em todas as mensagens do Executivo Federal, excluindo-se as emendas constitucionais.

Sobre os mais diversos assuntos, sem qualquer tipo de interesse, o Presidente da República tem baixado medidas provisórias, e como elas têm validade por um só mês, o *Diário Oficial da União* só falta ter um caderno próprio para reeditá-las.

Para se ter uma idéia, desde que foi promulgada a Constituição de 1988, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso assinaram um total de 4.026 Medidas Provisórias, das quais 3.223 foram assinadas por FHC, até outubro próximo passado.

O Poder Executivo Federal está, com isso, extrapolando seus Poderes, pois isso é legislação e para votar leis existe o Congresso Nacional.

Como se não bastasse tudo isso, esse dispositivo constitucional relembra a imposição do AI-5, em que ora o Poder Revolucionário legislava através de Atos Institucionais, ora o Congresso Nacional tinha prazo definido para aprovação de mensagem encaminhada pelo chefes militares, que não aceitavam sua rejeição.

Por achar esse texto constitucional uma total desvalorização aos membros do Poder Legislativo e por tratar de matérias atribuídas a regimes arbitrários é que pedimos, com urgência, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ao invés apenas de limitar suas edições, que as suprima totalmente.

Se os Governos anteriores a 1964 conseguiram governar sem textos arbitrários, o atual, em que há o mesmo espírito democrático, também governará e muito bem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

Sr. Presidente, nós queremos acabar com a Medida Provisória... Isso para mim é antidemocrático, é um absurdo, porque hoje, num País igual a este em que nós vivemos,

numa democracia, o Senado da República e a Câmara dos Deputados vivem à base de Medida Provisória... Quer dizer, o Governo solta Medida Provisória e toca o País para a frente, sem sequer passar pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. E lamentamos a omissão do Congresso Nacional quanto a essa questão. Isso é um absurdo! E é aí que quero parabenizar as Câmaras Municipais e as Assembléias Legislativas, porque tudo que o Governo tem que administrar tem que passar por aqui.

3ª) MOÇÃO DE APOIO: Com fulcro no Artigo 272, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, o envio de Moção de Apoio ao Exmº Senador da República Roberto Saturnino pelo pronunciamento referente às mortes acontecidas na FEBEM.

### JUSTIFICATIVA

O problema do menor infrator está quase à beira de um caos social.

A causa da violência está ligada, inicialmente, à corrupção que assola o País, em todos os setores da sociedade organizada. Hoje, as pessoas, para se protegerem das quadrilhas organizadas, se isolam em suas casas, e só os bandidos têm liberdade - aliás, eles só têm medo das quadrilhas adversárias.

Os grupos de extermínio estão à solta de Norte a Sul do País.

Os traficantes de drogas, principal causa da violência no País, têm seus quartéis gerais protegidos por delegados de polícia, integrantes das corporações da Polícia Militar, do Exército Nacional e - por que não dizer? - de membros do Poder Judiciário e Legislativo.

Até está parecendo que esses Poderes estão se tornando inócuos, pois abrem inquérito, processam, e não chegam a resultados finais convincentes. Precisou haver a instalação da CPI do Narcotráfico no Congresso Nacional para que fossem presos alguns bandidos. Onde estão os Poderes de Polícia do Executivo e do Judiciário?

Chegamos a isso para dizer que a violência dos menores infratores, em sua maioria, está ligada ao tráfico e uso de drogas e à proteção da lei, que não penaliza os menores de 18 anos, que por sua vez são usados por aqueles bandidos.

Por trás dessa impunidade aparece a crescente degradação das relações sociais brasileiras, que freqüentemente não chegam às suas causas, pois colocam a eficácia da ética e da justiça, como se a injustiça fosse necessária para alcançar resultados operacionais.

Necessitamos, urgentemente, combater a pobreza, fazer uma campanha para que o homem não tenha vergonha de ser honesto. Hoje estamos vendo que o cidadão tem medo de ser honesto.

Precisamos nos libertar da dívida externa que está sufocando o povo brasileiro, e o Poder Público está sem recursos para implantar urgentemente um combate à miséria, que é a principal causadora de violência, pois a maioria dos delitos cometidos pelos adolescentes internos da FEBEM decorre de dificuldades socioeconômicas de suas famílias.

É preciso, urgentemente, possibilitar renda para que as famílias possam sobreviver com dignidade, porque uma família estruturada jamais jogará seus filhos na rua.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Sr. Presidente, eu só quero pedir que V. Ex<sup>a</sup> faça uma reunião urgente com o Colégio de Líderes. Eu acho que estão acontecendo aí... A imprensa vem anunciando que a Bancada do Governo vai atropelar, vai isso, alguns projetos que estão tramitando aqui, e eu não acredito que isso aconteça, até pela postura política de V. Ex<sup>a</sup>. E eu gostaria que V.Ex<sup>a</sup>, por obséquio... A Bancada de Oposição fez uma reunião ontem, e os nove Deputados estaduais estão esperando uma reunião do Colégio de Líderes e querem conversar com V.Ex<sup>a</sup> sobre esses últimos fatos que aconteceram nesse final de semana, e eu acho que V.Ex<sup>a</sup> é a pessoa ideal para intermediar isso, porque poderão acontecer alguns fatos constrangedores aqui no Plenário da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vamos levar em consideração o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Nós estamos convocando uma reunião do Colégio de Líderes e até o final da Sessão anunciaremos horário e local.

Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para relatar a nossa ida a Rio Branco, no Acre, onde foi discutida com representantes dos Estados da Amazônia uma política - e foi uma discussão extremamente frutífera a respeito de encaminhamentos que tratam das questões amazônicas... Eu gostaria apenas, aproveitando este momento, de colocar aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente a deflagração dessas ações ter sido em decorrência de uma iniciativa de Mato Grosso no Parlamento Amazônico.

Isso alertou, inclusive, para o fato, Deputado Rene Barbour, de que a Bancada Amazônica, a nossa Bancada Federal, deveria se pautar no exemplo das ações do Nordeste, que têm sido encadeadas com uma eficiência superior à nossa. E nos animou bastante a participação, inclusive, de Deputados Federais daquela região, porque se tomou o encaminhamento da valorização do Parlamento Amazônico, motivo pelo qual eu parabenezo o Sr. Presidente, mas gostaria, sobretudo, de levantar a questão do Acre, que foi berço de muitas ONGs, e hoje já se está discutindo sobre uma lei aprovada no Congresso e no Senado, que trata do terceiro setor.

Essas ONGs, hoje, em especial as ONGs, Deputado Benedito Pinto, que têm uma grande experiência parlamentar, ficaram praticamente desvinculadas de qualquer responsabilidade com a sociedade, e muitas delas - é claro que existem aquelas pautadas em princípios éticos e ações que beneficiam a comunidade - passaram a atender objetivos quase que pessoais, não são nem de grupos. E no Acre, onde surgiu, a partir de Chico Mendes, essa questão das ONGs, hoje já se assiste a aberrações.

Eu não posso deixar de comunicar aqui, Sr. Presidente, um fato colocado pelo representante local da FUNAI, que de um projeto de 190 mil reais apenas sobravam para investimento 9 mil reais, 181 mil estavam destinados a passagens e outras ações que atendiam mais a interesses pessoais.

Então, apenas para comunicar essa nossa ida ao Acre e dizer que essa discussão das ONGs já está muito forte lá, e caminhando no sentido da participação maior, da definição, através de ações da sociedade, e não apenas de um grupo, que muitas vezes caminha em direção aos seus interesses e não aos interesses do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, nobres Pares, apenas para fazer aqui um apelo a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os nobres Pares, Deputada Serys Silhessarenko, porque o que se vê

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

hoje, finalmente, depois de muitos anos - eu fui eleito em 1990 primeiro Suplente a Deputado, assumi por uma temporada em 1992 e em 1994... O Parlamento tinha uma dificuldade, e a imagem que a sociedade tinha, Sr. Presidente, do Parlamentar, do Deputado, era a de um cidadão que não respeitava o povo, que era corrupto, ladrão, etc., e graças ao trabalho sério deste Parlamento, esta imagem foi bastante recuperada - eu acho que houve um avanço de mais de 60% -, e não só a imagem, mas a grande realidade deste Parlamento. Hoje, a sociedade vê com outros olhos o Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Isso se comenta não só no Estado de Mato Grosso, mas há repercussão inclusive em outros Estados da Federação.

O apelo que eu faço a V. Ex<sup>a</sup> é para que essa imagem continue brilhando e melhorando, e que nós coloquemos aqui em votação o Orçamento-Geral, o PPA, as contas do Governo, e tudo aquilo que está aqui. Nós temos tempo, até o dia 15 de dezembro para votar isso, basta querer, para que não voltemos novamente a ter aquela imagem que a sociedade teve do político, se porventura houver uma convocação por parte do Governo para votar uma matéria ou outra.

Então, eu peço aqui aos colegas Deputados que façamos um esforço até o dia 15 de dezembro, para que possamos votar tudo, limpar a Pauta, e com certeza nem falaremos em tirar férias, e cada Deputado - principalmente nós do interior - poderá também voltar à base. O Deputado Alencar Soares, o Deputado Jair Mariano e o Deputado Silval Barbosa sabem da dificuldade que nós do interior temos em sair daqui e ir lá... Para ir a Apiacás, por exemplo, nobre Líder do Governo, são 1.200 quilômetros, não é fácil! Então, para irmos para lá, é preciso, no mínimo, ficar uma semana acampado em um ou dois municípios, e nós precisamos voltar à nossa base com mais frequência, e isso é difícil. Neste período de recesso, nós poderemos fazer esse trabalho, até porque se aproximam as eleições municipais do ano que vem também, e nós precisamos acompanhar as nossas bases.

Resumindo, Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, que se colocasse isso no Colégio de Líderes, para que pudéssemos preparar uma Pauta e dia 12 ou dia 15 de dezembro encerrarmos os trabalhos parlamentares aqui no Plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, Indicação de autoria do Deputado Carlos Brito:

“Indica ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, a necessidade de se criar o Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa, após ouvido o soberano Plenário, requeiro que seja encaminhado expediente indicatório ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, mostrando a necessidade de se criar o Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública - FADER/MT, conforme minuta de proposição anexada a esta Indicação.

### JUSTIFICATIVA

A Defensoria Pública constituiu uma das mais importantes instituições criadas no atual governo, pelo fato de resgatar a cidadania do segmento mais carente da sociedade, dando a esta população acesso gratuito à Justiça. No entanto, apesar do êxito de seu funcionamento neste primeiro ano de sua instalação, ficou evidenciado que sua estrutura

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

atual é insuficiente para fazer frente às demandas da população por este tipo de prestação de serviço. A evidente necessidade de se aumentar a estrutura tanto física como funcional deste órgão, para que o mesmo possa atender convenientemente a todos que o procuram - o que, diga-se de passagem, é meta do Governo -, implica num óbvio e significativo aumento de despesas que precisam, de alguma forma, ser cobertas.

Uma forma inteligente e eficaz de se garantir estes recursos é através da criação de fundos institucionais, porque eles já trazem na Lei de criação as fontes de onde sairão os recursos para a instituição beneficiária.

Pelo caráter de permanência e crescimento que tem a Defensoria Pública, o que significa constantes e crescentes despesas financeiras com a manutenção do serviço, nada mais correto que instituir um fundo capaz de suprir parte destas necessidades, como também dar maior flexibilidade e liberdade operacional para o órgão.

Daí o porquê da presente indicação, que esperamos ver aprovada por esta Casa e acatada pelo Governo do Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

E, também, Moção de Congratulações e Requerimento de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fundamento no Artigo 272, alínea ‘i’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado ao Dr. Roberto Teixeira Seror, com cópia ao Presidente do Tribunal de Justiça e demais Desembargadores, Moção de Congratulações pelos relevantes serviços prestados à Comarca de Barra do Bugres, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO congratula-se com o Dr. Roberto Teixeira Seror pela coragem com que enfrentou o desafio de reformar o prédio do Fórum local, que se encontrava em péssimo estado de conservação e sem as mínimas condições de funcionamento.

Nesta sua luta, ele usou o que há de melhor no setor da construção, ampliando aquele prédio, que não mais comportava as escrivânias, a defensoria pública e nem oferecia condições mínimas de trabalho aos advogados que ali militam.

Louva-se também a sua ação ao premiar a Justiça Eleitoral, oferecendo melhores condições para o atendimento aos cidadãos que procuram o Cartório Eleitoral para se inscrever como eleitor e exercer o seu direito de voto em nosso Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

2ª) REQUERIMENTO: “Com fulcro no art. 548 e seguintes do Regimento Interno, requeiro ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que determine a convocação de audiência pública com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 291/99.

Essa audiência contará com a presença dos Srs. Deputados Estaduais, devendo ainda ser convidados o Governador do Estado, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Casa Civil, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral, Federações, Sindicatos, Associações, CDLs, OAB, Ministério Público, etc.

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei nº 291/99, a respeito de precatórios, é de fundamental importância, afetando a vida de milhares de pessoas. Tanto as pessoas que devem ao Estado, como as que têm para receber através de precatórios, estão ansiosas pela aprovação desse projeto.

Constatamos a necessidade de se discutir numa audiência esse projeto, tendo em vista que muitos desconhecem o teor do mesmo, bem como pelo fato de muitas sugestões estarem sendo apresentadas.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

E, ainda, dois Projetos de Lei de autoria do Deputado Riva:

1º) PROJETO DE LEI:

**Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais “13 de Maio”, com sede no Município de Juruena.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governo do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais “13 de Maio”, com sede no Município de Juruena.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

Com a presença de vários pequenos agricultores foi realizada assembleia geral para a fundação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais 13 de Maio, localizada no Município de Juruena, que tem por objetivo contribuir para o fomento e a melhoria nas ações em prol da comunidade e associados.

Em suas metas e ações consta a construção ou aluguel de imóvel para as instalações administrativas, tecnológicas e de armazenamento, procurando atender, ainda, dentro de suas possibilidades, as áreas de educação, saúde e assistência social.

Por se tratar de uma justa reivindicação, conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.  
Deputado RIVA - PSDB

2º) PROJETO DE LEI:

**Declara de utilidade pública a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Tabaporã.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governo do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de Tabaporã.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Com a presença de vários pequenos agricultores foi realizada assembléia geral para a fundação da Associação dos Minis e Pequenos Produtores Rurais de Tabaporã, localizada no Município de Tabaporã, que tem por objetivo contribuir para o fomento e a melhoria nas ações em prol da comunidade de associados.

Em suas metas e ações consta a construção ou aluguel de imóvel para as instalações administrativas, tecnológicas e de armazenamento, procurando atender, ainda, dentro de suas possibilidades, as áreas de educação, saúde e assistência social.

Por se tratar de uma justa reivindicação, conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de novembro de 1999.

Deputado RIVA - PSDB

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários da Casa, imprensa:

Quando, há dois meses, nós recebemos aqui aquelas famílias de atingidos pelo alagamento da barragem de Manso, saiu aqui da Mesa, determinado por essa Presidência, que a Comissão de Terras e Meio Ambiente se deslocasse até o local para acompanhar aqueles problemas que estavam acontecendo.

Nós formamos a Comissão, Sr. Presidente, e primeiro fomos com o Deputado Gilney Viana, o Deputado Moacir Pires e o Deputado José Carlos Freitas e acompanhamos *in loco*. Tivemos lá uma reunião com a Diretoria de Furnas, na qual apresentamos um relatório do que nos passaram. Nós vimos também o que eles estavam fazendo por aquelas famílias e, posteriormente, nós realizamos uma audiência pública em Chapada dos Guimarães, com as famílias atingidas, com o Sindicato, com a CUT, com a CPT, com a FETAGRI, enfim, com todos os representantes que estavam lutando por aquelas famílias, e então produzimos um relatório sobre a questão.

A princípio, Sr. Presidente, havia a discussão de que tinha sido firmado o compromisso de ceder àquelas famílias 50 hectares de terra e mais uma parte em forma de indenização. Com a nossa interveniência, ficou consignado para aquelas famílias 15 hectares de terra, uma casa, infra-estrutura, eletrificação em cada casa, água tratada para cada família, núcleo comunitário, com pavilhão, escola, enfim, toda a infra-estrutura para cada núcleo de quatro comunidades.

Só que ainda não tinham fechado, na época, a negociação, e ontem nós acabamos de selar um acordo entre as famílias dos atingidos e a Diretoria de Furnas. Houve um avanço muito grande, Deputado Jair Mariano... Os Srs. Deputados que acompanharam lá também aquela questão conseguiram benefícios a mais para aquelas famílias, na ordem de aproximadamente cinco milhões de reais. O que significam esses cinco milhões de reais? Significa que cada núcleo, de quatro núcleos que foram lá elencados, receberá patrulas mecanizadas, quatro hectares de terra tratada e irrigada por quatro anos, um caminhão para cada comunidade e um salário mínimo de manutenção, em forma de *ticket* alimentação, por um ano.

Eu vejo que é um avanço muito grande, foi um trabalho da Comissão de Terras e Meio Ambiente que selou esse acordo, e não vai haver interrupção, então, na data prevista para o alagamento daquela barragem, que é o próximo dia 30.

Quero agradecer todos os companheiros que estiveram envolvidos, contribuindo nesse acordo. Ontem, esteve presente o Deputado Gilney Viana, que ficou como Relator, e o Deputado Nico Baracat.

Quero aqui justificar, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, a minha ausência ontem, porque, infelizmente, eu não pude atender o seu convite de ir conhecer a subestação da EMPAER.

Isto aqui é o Relatório da Comissão de Terras e Meio Ambiente, Sr. Presidente, que nós estamos repassando agora.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que ontem nós presenciamos aqui nessas galerias o tumulto das pessoas do assentamento Renascer, e quero dizer ao Presidente que se a Comissão de Terras e Meio Ambiente puder interferir e ajudar, V. Ex<sup>a</sup> pode contar conosco, porque a nossa função é interferir nessas questões, e nós temos avançado muito nessa Comissão.

Quero relatar que até o momento nós já despachamos na Comissão - não é, Deputado Jair Mariano e Deputado José Carlos Freitas? - aproximadamente cento e cinquenta mil hectares nas questões de regularização fundiária. Eu tenho apenas seis processos que estão na Comissão, que chegaram ontem no gabinete, e nós vamos nos reunir para também deliberar sobre esses processos de regularização fundiária.

Nós sabemos a dificuldade que tem, hoje, o agricultor, o proprietário, o trabalhador, em relação ao acesso aos financiamentos de Banco, por falta da documentação, e com essa sensibilidade que têm os demais componentes da nossa Comissão, assim como da Comissão de Constituição e Justiça, nós procuramos agilizar o despacho para que seja realmente providenciada a regularização fundiária dessas pessoas. Então, quero agradecer a todos os membros da Comissão de Terras e Meio Ambiente pelo empenho e pelo trabalho que tem sido desenvolvido.

E quero parabenizar também, contribuindo com o pronunciamento do Deputado Pedro Satélite em relação à condução dos trabalhos pela Presidência desta Mesa, o Sr. Presidente e o nosso grande 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo.

Sr. Presidente, quero deixar a sugestão de investir neste trabalho que está sendo feito por todas as Comissões, investir na mídia, mostrar os trabalhos que vêm sendo realizados por esta Assembléia Legislativa, porque hoje é muito fácil as pessoas jogarem em cima dos políticos o que tem de errado na sociedade - tudo o que está errado, os políticos é

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

que são culpados -, mas às vezes as pessoas não acompanham os trabalhos que vêm sendo feitos pela Assembléia Legislativa.

E, também, Sr. Presidente, quero deixar aqui uma sugestão em relação ao que foi feito na mídia, em termos de divulgação, para ressaltar mais qual é o papel do Deputado - o papel do Deputado é fiscalizar o Poder Executivo, acompanhar a execução do Orçamento, elaborar leis -, e ressaltar que o Deputado, às vezes, não tem o poder de ação do Executivo. É muito importante ressaltar e divulgar isso aqui, porque muitas pessoas não sabem e acham que o Deputado não tem limite, que ele tem o poder de resolver tudo.

Se V. Ex<sup>a</sup> sair com isso na frente, eu tenho certeza de que este Parlamento vai ganhar, e muito. Muito obrigado. Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Nós queremos parabenizar o trabalho da Comissão de Terras e Meio Ambiente, sob a Presidência do Deputado Silval Barbosa, porque de fato tem sido um belo trabalho. A Comissão de Terras e Meio Ambiente tem apreciado, com a maior agilidade possível, todos os projetos de regularização de terras. Então, eu parabenizo o Deputado Silval Barbosa e toda a Comissão.

No tocante à questão colocada pelo Deputado Silval Barbosa, a Assembléia Legislativa pretende, neste fim de ano - e o nosso Secretário de Imprensa, o Sr. Ramon, já está trabalhando -, elaborar um relatório exatamente para mostrar, na mídia, o volume de trabalho da Assembléia Legislativa neste ano de 1999, inclusive o trabalho das Comissões no tocante aos pareceres. Nós até pedimos ao Secretário de Imprensa que procure a Dona Nadir e colha todos esses dados, para que nós possamos mostrar à sociedade o que, de fato, os Deputados fazem aqui.

Com a palavra, o Deputado Nilson Leitão (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido.

Com a palavra, o Deputado Amador Tut (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido, nobre Deputado.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, solicito a transferência da minha inscrição para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deferido.

Neste caso, eu também solicito a transferência da minha inscrição, para viabilizar a apreciação dos Vetos que estão pendentes, que são três.

Mediante acordo das Lideranças, o Deputado Humberto Bosaipo também transfere a sua inscrição. Passemos à Ordem do Dia.

Informamos aos Srs. Deputados que serão apreciados Projetos de Lei e três Vetos do Poder Executivo.

Em 2<sup>a</sup> discussão, Projeto de Lei nº 236/99, de autoria do Deputado Riva, que dispõe sobre a denominação da ponte de concreto sobre o Rio Arinos, no Município de Juara. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 192/99, de autoria do Deputado Carlos Brito, que institui o ano temático no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 153/99, de autoria do Deputado Rene Barbour, que dá denominação à Rodovia MT-343 de Rodovia Estadual “Gastão de Mattos Müller”. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Moção de Apoio de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Senador da República Roberto Saturnino, pelo seu pronunciamento a respeito das mortes acontecidas na FEBEM.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na Sessão de hoje. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, solicitando ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que determine a convocação de Audiência Pública com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 291/99.

Eu o remeto ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlão Nascimento, para a apreciação por parte da Comissão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero aqui colocar uma preocupação, inclusive eu soube dessa luta do Deputado Humberto Bosaipo lá no Tribunal Regional do Trabalho, não foi nem aqui na Assembléia Legislativa - os Juizes do Tribunal, o Presidente do Tribunal, elogiaram a luta do Deputado Humberto Bosaipo... Ele apresentou uma emenda, no sentido de que os trabalhadores que têm precatório a receber do Estado e não recebem - eles estão passando fome, muitos trabalhadores humildes do DVOP, desde 95, foram à minha casa, homens de 60 anos de idade, 50 anos de idade, pedindo: "Pelo amor de Deus, nós queremos receber os nossos precatórios" -, não recebem do Estado, porque não se respeita uma ordem, uma seqüência, que é uma seqüência legal...

Eu quero aqui dizer que o Projeto do Deputado Humberto Bosaipo dá condições para esses trabalhadores receberem, através, realmente, de dívidas que algumas empresas têm com o Estado e que poderão estar permutando por precatórios de ICMS, fazendo o encontro de contas. Hoje, o Governo só está aceitando isso, e ele está mandando um Projeto de Lei que só aceitará isso, caso seja por imóveis ou qualquer outro tipo de viabilidade.

Vejam bem, eu quero dizer aos Senhores uma coisa, deixar uma pergunta no ar: quando esses trabalhadores vão receber os seus recursos? Quando eles vão ter perspectiva? Eu vi trabalhador chorar na minha casa, sem perspectiva nenhuma, e um deles falou: "Eu já tenho cinqüenta e poucos anos e, sequer..."

O Deputado Benedito Pinto acaba de me passar a informação de que está chegando um Projeto de Lei, já está aqui, em que o Governador mudou sua opinião, graças a uma Audiência Pública...

Então, eu quero aqui, Deputado Humberto Bosaipo, hipotecar apoio ao trabalho de V. Ex<sup>a</sup>. Até porque eu vi esse trabalho no Tribunal Regional do Trabalho, e nesse caso eu tenho que realmente elogiar o Governo por ter acatado as sugestões da audiência pública e por ter entendido isso, porque nós não podemos, em hipótese alguma, impedir o trabalhador de ter acesso e receber os seus direitos trabalhistas...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...Era só isso, muito obrigado.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Zé Carlos do Pátio por reconhecer esse trabalho, não só do Deputado Humberto Bosaipo, mas também do Governo do Estado.

Na verdade, existe muita gente que precisa receber do Governo e muita gente que deve para o Governo. Então, o que o Governo está fazendo? Isso começou no Governo do Mário Covas, em São Paulo, e está dando muito certo... Estão fazendo encontro de contas, principalmente na questão do ICMS. O que o Governo inteligentemente está fazendo? Aquelas empresas que estão falidas, aquelas empresas que fecharam suas portas, as microempresas, não é idéia do Governo fechá-las, porque o Governo precisa de mercado de trabalho, precisa arrecadar impostos....

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Então, o Governo está propondo, na Mensagem nº 49/99, lida aqui pelo Deputado Rene Barbour, que dispõe sobre a extinção total ou parcial de débito através de compensação... Nós já fizemos uma audiência pública - e eu, inclusive com autorização de V. Ex<sup>a</sup>, trouxe o Procurador do Estado de São Paulo, que junto aqui com a Procuradoria do Estado discutiu já a questão dos precatórios -, mas essa audiência pública que eu estou requerendo é em cima, então, já de uma Lei específica do Governo. Eu vou marcar ainda com o Deputado Carlão Nascimento, na Comissão de Constituição e Justiça, a data dessa audiência pública, e nós vamos discutir, agora concretamente, em cima de um Projeto que o Governo enviou após a nossa audiência pública, porque ela deu diretrizes para que o Governo pudesse fazer o Projeto.

E esse Projeto aqui é mais ou menos similar ao do Governo de São Paulo, do Governador Mário Covas, que está conseguindo dividendos, está conseguindo... Por exemplo, Deputado Zé Carlos do Pátio: uma empresa que deve ICMS para o Estado e não conseguiu pagar, ao invés de a empresa fechar, de despedir funcionário, o Governo está possibilitando, através desta Lei, uma compensação para que ele possa restituir o seu crédito funcional novamente.

O funcionário público que foi procurar V. Ex<sup>a</sup> na sua residência, do DVOP ou da Secretaria de Educação... Por exemplo, as especialistas da Educação - V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Alencar Soares é irmão da Sr<sup>a</sup> Célia, não é, Deputado? E sua irmã é uma especialista da Educação que tem precatórios para receber -, elas vão ter oportunidade, agora, de fazer um encontro com o Governo... O Governo deve para as especialistas, então, ele adiciona no salário delas uma quantidade "x" de salário, até que zere essa dívida. E esse projeto do Governo, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, nós temos que elogiar mesmo, porque poucos são os Governadores que estão tendo essa sensibilidade.

A Polícia Militar talvez seja hoje a categoria que mais dispõe de precatórios. O Deputado Nico Baracat conhece muito bem, porque discute com a Polícia diariamente...

O Sr. Nico Baracat (DE SUA BANCADA) - Vinte e oito milhões!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Vinte e oito milhões de precatórios, e só a Polícia Militar. É uma grande oportunidade que nós temos de resolver essa questão.

Então, o Deputado Carlão Nascimento já consentiu - ele não está aqui no Plenário, mas ele consentiu anteriormente - em fazermos esta audiência pública, agora com a participação da Procuradoria do Estado, da Secretaria de Justiça e Cidadania, da Secretaria de Fazenda, da Casa Civil, da Secretaria de Planejamento, das Federações, dos sindicatos, associações, CDL, OAB, Ministério Público, e as pessoas que estão interessadas. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero tirar uma dúvida, Deputado.

Veja bem, numa reunião que eu tive com o Tribunal Regional do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho mostrou o Projeto de Lei nosso, que na verdade ele tinha tirado... Eu só queria entender uma coisa, Deputado Humberto Bosaipo: V. Ex<sup>a</sup> apresentou uma emenda ao projeto de lei do Governador... Eu queria até que V. Ex<sup>a</sup> me explicasse direito, porque o Governador mandou uma lei dizendo que não aceitaria esse encontro de contas

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

para recebimento de precatórios... A dúvida que eu tenho é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> apresentou uma emenda, o Governador tirou o projeto anterior dele e colocou esse...

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...E por que V. Ex<sup>a</sup> está convocando uma audiência pública, se ele já está contemplando?...

Eu só quero tirar essa dúvida, só para... Na verdade, essa discussão foi muito bem travada lá no Tribunal Regional do Trabalho, porque eu estava preocupado com essa questão dos trabalhadores, e eu fiz uma reunião com todos os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho para tirar essa dúvida, inclusive, até pela angústia dos trabalhadores em receber...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Como eu não posso fazer debate em Plenário, o Regimento Interno não me possibilita, eu gostaria de informar que no debate do projeto eu vou explicar ao Deputado Zé Carlos do Pátio qual é a nossa idéia. A idéia de uma audiência pública é para aprimorar essa Lei. Tem algumas coisas aqui que não foram contempladas e todas essas entidades que nós convocamos querem apresentar sugestões para votarmos essa lei...

Na verdade, se formos partir para esta discussão agora, Sr. Presidente, nós não vamos cumprir a Ordem do Dia, mas, como vai ter uma audiência pública e nós vamos debater amplamente isso aqui, nós vamos ter condições de discutir com mais tempo. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu deferi seu pedido de palavra pela Ordem para elucidar as dúvidas em relação a este Projeto, mas nós estamos na Ordem do Dia, apreciando o Projeto. Pela Liderança, V. Ex<sup>a</sup> pode falar nas Explicações Pessoais... Eu vou conceder a palavra pela Ordem, Deputado Zé Carlos do Pátio, mas eu vou peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, porque nós temos um acordo de Líderes de não conceder a palavra, pela Ordem, na Ordem do Dia, e é a terceira vez que eu concedo a V. Ex<sup>a</sup> - vou conceder só mais essa vez.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estou solicitando, até porque V. Ex<sup>a</sup> não colocou, Sr. Presidente, o Requerimento em discussão, e o remeteu à Comissão de Constituição e Justiça. É um assunto importante... Quer dizer, neutralizou os Deputados que queriam questionar...

Eu só quero colocar que estou com um Projeto de Lei sobre a questão dos precatórios. Eu quero apresentar este Projeto de Lei, Deputados Riva e Humberto Bosaipo, na audiência pública., e eu gostaria de participar também, porque é um assunto fundamental e que me preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo que os Requerimentos de Audiência Pública, de acordo com dispositivo regimental, são resolvidos na Comissão, por isso nós não os submetemos à apreciação do Plenário.

Em discussão única, Veto Total nº 25/99, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 102/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que institui o Fórum de Cidadania e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Convido os Srs. Deputados Hermínio J. Barreto e Carlos Brito para atuarem como escrutinadores.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação ...

O Sr. Rene Barbour - Solicito a palavra, para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós retiramos esse Veto da Ordem do Dia da Sessão passada, para que o submetêssemos à apreciação da Assessoria do Governo, a pedido do Deputado Humberto Bosaipo, e obtivemos autorização para rejeitar o Veto. Portanto, eu libero a Bancada do Governo para votar de acordo com a sua consciência. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Humberto Bosaipo - Solicito a palavra, para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este Veto foi apostado ao Projeto de lei de minha autoria, que institui o Fórum da Cidadania e dá outras providências. Eu até já discuti este Projeto aqui, e vou dar uma reprisada para que os colegas possam votar com a sua consciência.

O Fórum da Cidadania, eu não sei nem por quê, o Governo vetou... As Razões do Veto não me convenceram, porque a Constituição Estadual manda criar o Conselho de Governo - inclusive, o Conselho de Governo é praticamente o que eu coloquei aqui no Fórum de Cidadania, só que lá no Conselho de Governo eles eliminam a Assembléia Legislativa e aqui, no Fórum da Cidadania, o objetivo é reunir o Governo, a Assembléia Legislativa e a sociedade civil com alguns objetivos, por exemplo, conhecer as propostas da sociedade civil.

Todos os Deputados têm trazido do interior algumas propostas aqui que a sociedade civil quer debater, como, por exemplo, a questão da segurança - quem não quer debater essa questão? -, a questão das drogas, a questão do trânsito, e está sendo discutida agora a questão dos exames do SUS, por exemplo. Ontem, na *Voz do Brasil*, eu estava ouvindo que o Governo Federal vai autorizar o exame de "osteoporose"...

O Sr. Joaquim Sucena (DE SUA BANCADA) - Osteoporose!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu só errei para saber se V. Ex<sup>a</sup> ainda se lembrava que é médico... Como é o nome?

O Sr. Joaquim Sucena - Osteoporose!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - É isso aí que ele falou...

Então, vejam só, a sociedade civil quer trazer esses debates para nós e esse fórum discutiria essa questão. Transmitir aos cidadãos os programas do Governo e as principais propostas de cada área é o que nós estamos fazendo no interior. Quando nós fomos a Barra do Bugres, quando fomos a Sinop, Barra do Garças, Cáceres e Rondonópolis...

O Sr. Joaquim Sucena - V. Ex<sup>a</sup> me concede uma aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já termino aqui e logo concederei.

O Sr. Joaquim Sucena - Só para esclarecer melhor...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (RIVA) – Informo a V. Ex<sup>a</sup> que não é permitido aparte, uma vez que nós estamos no encaminhamento de votação.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO – V. Ex<sup>a</sup> vai poder encaminhar votação e nos explicar direitinho essa questão médica...

Veja só, eu estava dizendo que transmitir aos cidadãos os programas de Governo, Deputado Silval Barbosa, é o que nós estamos fazendo agora com o Plano Plurianual, com a Lei do Orçamento Geral. Isso aqui é a finalidade do meu Projeto.

Ouçam: “Obter a colaboração dos cidadãos, para o desenvolvimento e o aprimoramento da ação estatal”. O que é isso? É a continuidade do que nós estamos fazendo. Nós fomos a Barra do Garças, e eles apresentaram um elenco de medidas necessárias ao desenvolvimento da região, como, por exemplo, asfaltamento da MT-100, a ferrovia, a hidrovía, na área de educação e na área de saúde.

“Harmonizar a aplicação de recursos do Estado com os anseios da sociedade civil, ligados ao interesse público”. É exatamente isso, aplicar os recursos dentro dessas metas contidas em um planejamento.

No **Art. 2º**: “Para a consecução de seus objetivos, o Fórum de Cidadania atuará por meio de reuniões públicas, abertas à sociedade civil, a serem realizadas em reuniões especiais, como:

- audiências públicas;
- reuniões regionais;
- reuniões de câmaras regionais...”

Audiências públicas nós já fazemos; reuniões regionais, nós já fazemos; agora, reuniões de câmaras regionais, qual é a idéia? É se juntar o Poder Legislativo Estadual e o Poder Legislativo Municipal. Vamos dar o exemplo de Juara - nós estamos com o problema de Juara... Vamos supor que haja madeireiro retirando madeira de área indígena. Nós, a Assembléia Legislativa, vamos nos reunir com a Câmara de Vereadores, convocar o IBAMA, convocar a Polícia Federal, convocar todos os órgãos relacionados a esse assunto, e nos reunir em Câmaras Regionais.

A interiorização da Assembléia Legislativa é muito importante - V. Ex<sup>as</sup> já sentiram isso -, ela fortalece primeiro a instituição Assembléia, fortalece o Deputado local, representante da região... V. Ex<sup>as</sup> viram o exemplo do Deputado Nilson Leitão, que não se elegeu, ficou de suplente, e está aqui, agora, como titular. Quanto aquela audiência pública lá em Sinop fortaleceu a pessoa do Deputado e fortaleceu a instituição Assembléia Legislativa? Esse é o objetivo!

No Artigo 3º, Sr. Presidente, esses assuntos abrangem a discussão sobre planos, programas e projetos do Governo; problemas setoriais ou regionais e alternativas para sua solução; projeto de lei e ações governamentais.

O Deputado Riva, Presidente desta Casa, está com dois projetos interessantíssimos, que eu achei extremamente importantes - nós conversamos rapidamente, porque o nosso tempo é curto. O primeiro é colocar as unidades regionais da EMBRAPA no Estado, que principalmente vão premiar a pesquisa. Esse Programa V. Ex<sup>a</sup> tem que levar em frente, esse da EMBRAPA... O segundo programa é a extração do óleo de dendê, que é um mecanismo financeiro, inclusive com uma alternativa para a região de garimpo, da qual nós vamos fazer uma Audiência Pública no Médio Norte. Então, caberia exatamente aqui, ilustre Deputado, outra ação: “Poderão participar das reuniões do Fórum da Cidadania os Secretários

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

de Estado, os Prefeitos, representantes de órgãos e entidades públicas, representantes de entidades da sociedade civil, as ONGs, Vereadores, Deputados e Senadores.”

Este é o Fórum de Cidadania que queremos que seja permanente aqui na Assembléia Legislativa e que o Governo veta, dizendo que nós estamos hostilizando imposições gizadas na Constituição Estadual.

Ora, meu Deus do céu, se nós estamos, com este trabalho aqui, maculando algum Artigo da Constituição Estadual, ou eu desaprendi Direito ou o Direito evoluiu mais rápido do que nós todos! Não extravasa competência constitucional nenhuma aqui...

Então, eu pediria aos Deputados que assim entenderem, que nós derrubemos este Veto do Governo. Isso aqui vai fortalecer nossa entidade enquanto Poder e ajudará o Governo muito mais do que nós imaginamos...(PAUSA)

Eu recebi, aqui, autorização do Líder do Governo para derrubar o Veto, eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar votação, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Solicito a palavra para encaminhar, Sr. Presidente, não só para dizer que somos favoráveis à derrubada do Veto, mas, principalmente, para deixar nos anais desta Casa os nomes corretos... A patologia é osteoporose, e o exame do SUS é a densitometria óssea. Apenas para deixar esclarecido nos Anais da Casa, porque nós também temos alguma maneira de fazer com que este Projeto possa atender nas discussões a respeito dos exames que o SUS deve oferecer à população.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu peço que V. Ex<sup>a</sup> explique novamente o procedimento de votação aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Informo aos Srs. Deputados que, de acordo com o Art. 405, parágrafo único, votarão SIM os Deputados que forem favoráveis à derrubada do Veto e, NÃO os Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Era esse o motivo de pedido da palavra, pela Ordem, de V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Zé Carlos do Pátio?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só gostaria de solicitar às Bancadas de Oposição que votem SIM, principalmente a Bancada do PMDB. E gostaria, também, de deixar uma ressalva aqui... Tem Deputado da Oposição que está saindo do plenário antes de terminar a Sessão. A partir de agora, vamos começar a citar os nomes dos Srs. Deputados, porque estamos precisando de voto aqui na Assembléia. Nós lamentamos muito isso... Ontem,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

eu me retirei do plenário às 23:30 horas, para defender o Projeto de um Deputado que nem aqui estava. Então, quero deixar isto aqui registrado.

E eu me torno um Deputado ... (EXPRESSÃO RETIRADA POR DETERMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA)... aqui na Assembléia, em defesa de Projetos de meus Colegas, que sequer ficam em plenário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria de registrar, Deputado Humberto Bosaipo, a presença do Prefeito de Rosário Oeste, Sr. Fernando, e do nosso candidato e do Deputado Pedro Satélite a Prefeito do Município de Guarantã do Norte, Sr. Vandir Guimarães - provavelmente, o nosso futuro prefeito lá.

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu solicito que V. Ex<sup>a</sup> determine a retirada dessa frase dita pelo Deputado Zé Carlos do Pátio, que falou que ele é “chato”. Não, ele é atuante. Solicito à Taquigrafia que retire a expressão do pronunciamento dele.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Determino à Taquigrafia que retire a expressão citada no pronunciamento do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, André Bringsken (AUSENTE), Everaldo Simões, Nilson Leitão (AUSENTE), Humberto Bosaipo, Jair Mariano, Romoaldo Júnior (AUSENTE), Joaquim Sucena, Moacir Pires, Gilney Viana (AUSENTE), Serys Slhessarenko, Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio, José Carlos Freitas, Amador Tut, Herminio J. Barreto, Silval Barbosa, Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado André Bringsken (AUSENTE), Deputado Nilson Leitão (AUSENTE), Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Gilney Viana (AUSENTE)...

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, proceda à contagem de votos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram 20 Srs. Deputados, sendo 20 votos SIM.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Portanto, derrubado o Veto. Vai ao Expediente.

Por solicitação da Comissão de Constituição e Justiça, eu devolvo à Comissão o Projeto de Lei nº 173/99, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, para que o Parecer seja reanalisado.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 219/99, de autoria do Deputado Gilney Viana, que proíbe queimadas no Estado de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão...

Eu acato a sugestão da Deputada Serys Slhessarenko e do Deputado Zé Carlos do Pátio, pela ausência do Deputado Gilney Viana, e inverte a Pauta.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 04/99, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que dá acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF a todos os Deputados de Mato Grosso. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, eu quero aqui me retificar, porque falei que tem horas que sou um Deputado "chato". Realmente, no meu mandato, eu não faltei a nenhuma Sessão até hoje no Parlamento... Não faltei a nenhuma Sessão e sou o último a sair aqui deste Parlamento, e no dia em que eu tive que trabalhar para o meu Partido, no interior, eu pedi licença, porque é muito mais digno pedir licença que ficar faltando às Sessões.

Eu quero aqui dizer que ontem aconteceu um fato que me deixou chateado, e eu comecei a brigar com todos os Deputados do Governo, sendo que os Deputados da Oposição não estavam em plenário para me ajudar a defender...

Inclusive, eu considero esse Projeto aqui de tão grande envergadura, Sr. Presidente, que eu queria pedir o apoio de V. Ex<sup>as</sup>. E se V. Ex<sup>as</sup> não derem apoio, eu vou pedir para a Deputada Serys Slhessarenko retirar esse Projeto, porque, pelo amor de Deus, um Projeto da maior envergadura como esse, nós não podemos votar contra! É por isso que eu me considero um Deputado "chato"... E na hora em que eu mandei a Bancada de Oposição se retirar ontem, era quase meia-noite, eu também pedi, realmente, que a Bancada da Oposição estivesse em plenário hoje. Ora, esse é um Projeto que garante a transparência.

Qual é o papel do Deputado Estadual? O papel do Deputado Estadual é o quê? É fiscalizar o Executivo! E o Projeto da Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o acesso dos Deputados Estaduais ao Sistema Integrado da Administração Financeira... Quer dizer, ter, junto ao Governo do Estado, todas as informações na *Internet* sobre a fiscalização, sobre o dinheiro que entra, que sai, as licitações... Ora, Senhores, este é o nosso papel como Deputados: ter acesso a tudo - e eles estão evitando.

Sr. Presidente, teve Deputado que me disse que já está na LDO, que já está no PPA... Ora, se está na LDO... Quer dizer, se todo ano você tem que fazer a mesma lei, por que já não faz uma lei definitiva? Será que é porque a Deputada Serys Slhessarenko é da Oposição? Poxa vida, vamos apoiar! A Bancada da Oposição vota tantos projetos, e hoje, inclusive, votamos um Projeto brilhante do Deputado Humberto Bosaipo, porque é importante. Agora, em um Projeto dessa envergadura, ou a Bancada do Governo nos ajuda a votar esse Projeto, ou então eu peço para a Deputada Serys Slhessarenko retirar esse Projeto, porque para mim é uma afronta se a Bancada do Governo votar contra esse Projeto.

E quero encaminhar à Bancada do PMDB, à Bancada da Oposição, a todos os Deputados aqui, a votação a favor desse Projeto da Deputada Serys Slhessarenko, que é brilhante, que é sério, que busca transparência, porque este é o papel do Deputado Estadual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde a Legislatura passada e retrasada - estamos na terceira legislatura -, nós lutamos pela transparência no Governo, independente de qual seja o Governo de plantão. Aqui, não é porque é o Governo “x”, “y” ou “z”, eu estou na terceira Legislatura e sempre tento aprovar esse Projeto...

Já foi dito - eu gostaria da atenção dos Srs. Deputados - que ele dispõe sobre o acesso dos Deputados Estaduais ao Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o SIAF, e é composto de três artigos:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual...” - atentem, Senhores - “...autorizado a fornecer a senha que dá acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAF aos Deputados Estaduais.”

Eu pergunto: qual dos Senhores tem essa senha? Srs. Deputados, eu peço que se manifestem... Qual dos senhores tem essa senha?...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não tenho esta senha, assim como nenhum Deputado da Bancada do PMDB. Eu não sei se a Bancada do PT tem, ou a Bancada do PFL tem, eu gostaria que os Deputados da Bancada do PFL se manifestassem.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada.

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Benedito Pinto - Deputada, só para dizer o seguinte: o Deputado Zé Carlos do Pátio faz parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, e era obrigação dele ter a senha. Ele tem que solicitar da Secretaria de Fazenda a senha desse Sistema. Senha é segredo! Ele, como Deputado, pode solicitar, como autoridade, a sua senha. Então, eu acho que a lei foi aprovada e o Deputado tem o direito de solicitar a sua senha. Essa senha é a mesma coisa que senha de banco, não deve ser exposta para todo mundo... Então, se alguém tem senha, ele não vai dizer que tem o número da senha, é um segredo que o Deputado vai ter junto ao Sistema. Então, na verdade, o Deputado Zé Carlos do Pátio está reclamando, mas ele pode se dirigir à Secretaria de Fazenda e solicitar, porque tem uma lei que dá esse direito a ele.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Muito obrigada, Deputado.

Eu gostaria de...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Só um instantinho, Deputado, que eu já esclareço, porque eu vou ler mais um parágrafo e eu tenho certeza de que vou esclarecer, pelo seguinte: o Deputado diz que pode solicitar... É justamente isso que este projeto prevê. E como tem alguns Deputados, principalmente Governistas, que estão dizendo aqui que isso já existe, que está tudo resolvido, que não tem problema, eu estou dizendo que tem problema e o Deputado Zé Carlos do Pátio confirma que existe o problema.

Olhem o que diz o Artigo 1º: “Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a fornecer a senha que dá acesso à entrada no Sistema Integrado de Administração Financeira aos Deputados Estaduais”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

Ele teria que repassar essa senha automaticamente aos Deputados, para não ficar Deputado lá mendigando senha. Senhores, ou esse negócio vai funcionar com seriedade, com transparência... Afinal de contas nós somos um Poder, nós somos Deputados, nós tivemos um voto! Aliás, aqui tem muito mais voto do que tem no Executivo, muito mais voto, é muito mais representativo do que o Executivo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O Sr. Humberto Bosaipo - Deputada, quero dar uma informação técnica da Assembléia Legislativa, uma vez que eu sou administrador, como 1º Secretário... Eu só quero comunicar a todos os Srs. Deputados que com o sistema de provedor próprio da Assembléia Legislativa e com os computadores já instalados nos seus gabinetes, o acesso é imediato. Qualquer Deputado pode acessar, do gabinete, o SIAF. Obviamente, o Presidente vai oficializar à Secretaria de Fazenda para que ela oficialize apenas o *site*, o endereço eletrônico do SIAF, mas com o sistema que nós temos aqui na Assembléia Legislativa hoje, V. Ex<sup>a</sup> pode acessar até agora se for no gabinete. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Eu gostaria de ler o parágrafo único, que continua: "... o acesso, via microcomputador, ao SIAF permitirá consulta e impressão de relatório para acompanhamento detalhado das contas e gastos do Estado..." - detalhadamente, tudo o que entra e o que sai em termos de recurso. É isso que nós queremos e estamos buscando, porque chega de aparecer. Aparece, tudo bem... Aparece lá que entrou tanto de arrecadação, tanto disso, tanto daquilo, e saiu tanto para as Secretarias "x", "y" e "z". Isso não me interessa. Isso está publicado em todo e qualquer lugar, em todo computador, em qualquer jornal por aí. Eu quero saber detalhadamente os gastos que agora...

Aliás, eu acabei de devolver ao Dr. Francisco Monteiro o Requerimento que eu fiz ontem, em que aparece - e tem cópias do *Diário Oficial*, Senhores -, dispensa de licitação em trinta dias, publicado em *Diário Oficial*, para a Empresa Fundação de Desenvolvimento Gerencial oferecer treinamento à Secretaria de Fazenda, treinamento! Não é compra de equipamento, não é isso, não é aquilo... O valor de cada uma dessas dispensas, todas para a mesma empresa, é de 330 mil, 250 mil, 36 mil, e assim por diante, quase 2 milhões de reais com dispensa de licitação.

Será que não tem empresa competente em Mato Grosso ou mesmo no Brasil, outra que não seja a Fundação de Desenvolvimento Gerencial, com dispensa de licitação? Eu estou requerendo ao Secretário de Fazenda cópia de inteiro teor de cada dispensa de licitação dessas, porque não é possível que sete, em trinta dias... Um milhão e meio e tantos de reais, para treinamento?!... Mas que tanto treina gente?! Olha, trezentos e setenta mil, que é uma das dispensas, já é dinheiro que dá para treinar muita gente em trinta dias, não é Deputado Jair Mariano? Pelo menos me parece. Se dissesse: "Não. É para a compra de equipamentos"... Tem equipamentos caros - não sei, deve ter, eu não sei, não entendo dessa área -, mas para treinamento de pessoal, para consultoria!

Olha, eu vou me candidatar para ser Consultora dessa Secretaria de Fazenda. Eu acho que vamos fazer um treinamento, Srs. Deputados, porque é muito dinheiro. Só para treinamento! O pessoal está sendo bem treinado para fazer o que lá? Isso nós também não sabemos... Nós também não sabemos em que eles estão treinando tão bem esse pessoal!...

Eu acho que é esse tipo de coisa, Deputado Zé Carlos do Pátio, que nós estamos pedindo, para que nós saibamos detalhadamente, para que nós tenhamos uma

senha... Eu acho que se nós temos votos, nós temos a confiança do povo, e todo mundo é suficientemente responsável para o Governador dar uma senha, para que entremos realmente, para valer, nas entradas e saídas detalhadas de tudo que passa por este Governo, porque chega, eu estou cansada de ter que ficar vasculhando o Diário Oficial, de ter que estar correndo atrás para poder fazer algum controle dessas questões...

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Deputada Serys Slhessarenko, eu acho que o Projeto é muito importante. Eu não tenho dúvida nenhuma de que é obrigação do Governo ser transparente, e todo o serviço público do Brasil precisa ter transparência, essa transparência é de fundamental importância para a sociedade, que discute hoje todos os problemas dos Estados, dos Municípios e da Nação.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, relembrar que quando eu tive a honra de ser Prefeito, houve um noticiário nacional sobre o meu empenho na questão da transparência, porque nós colocamos um computador na Praça Brasil, na cidade de Rondonópolis - e aqui está o Deputado Zé Carlos do Pátio, que era Vereador e fazia Oposição a mim -, e qualquer cidadão deste País, e principalmente da minha cidade, tinha acesso às contas bancárias da Prefeitura e a todas as concorrências públicas da Prefeitura. Infelizmente, um dia depois que eu saí, dia 31 de dezembro 1992, no dia 1º de janeiro de 1993 o Prefeito acabou com aquela transparência, quando ele assumiu o mandato de Prefeito, de 1993 a 1996.

Então, realmente eu voto e apoio, acho que tem que haver transparência, e hoje o político que não trabalhar nesse sentido, não canalizar nesse sentido, mostrando a sua transparência, realmente ele está fadado ao desastre. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – Obrigada, Deputado Hermínio J. Barreto.

Eu quero complementar justamente pedindo aos Srs. Deputados, conclamando os Srs. Deputados da Situação, do Governo, porque se eles dizem que já existe, que não tem problema, qual o problema em aprovar essa Lei?...

O Sr. Zé Carlos do Pátio – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – ...Qual o problema? Que se aprove esse Projeto de Lei, que estará mais respaldado e resguardado... Então, por que esse medo em aprovar esse Projeto de Lei? Vamos aprová-lo sem problemas!

Há alguns dias encaminhei um Requerimento ao Secretário de Planejamento, perguntando a ele onde estavam os recursos, os cinco milhões de dólares norte-americanos que vieram, determinados pelo Senado da República, no bolo dos quarenta e cinco milhões do Banco Mundial, para uma série de acertos de contas aqui em Mato Grosso. Esses, especialmente os cinco milhões de dólares - o que dá praticamente nove milhões de reais -, que eram para a questão da CODEMAT, onde estavam? Em que conta estava esse dinheiro e onde estava?

Sr. Presidente, quero até deixar esta reclamação, a responsabilidade não é de V. Ex<sup>a</sup>, é minha, mas é um desrespeito ao Parlamento, por isso eu quero registrar junto a V. Ex<sup>a</sup>... A resposta que me veio não disse coisa com coisa, foi feito um pedido e eles responderam dizendo o que bem entendiam. Em síntese, não disseram onde está o dinheiro, nem se ele existe, muito menos em que conta está. Quer dizer, é complicado, nós temos tanta coisa para fazer, mas temos que ficar insistindo o tempo inteiro, vigiando... Entreguem a

senha para fazermos esse controle, se fizerem isso e nós não fizermos o controle, os irresponsáveis seremos nós, mas da forma como está, não dá.

V. Ex<sup>a</sup> tinha pedido um aparte, Deputado Zé Carlos do Pátio?

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Eu pedi um aparte, mas os Deputados, inclusive, do Governo, estão querendo votar a favor do Projeto, e eu fiz um compromisso de que não iria falar mais do Projeto, porque para mim é importante o resultado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – Obrigada...

O Sr. Jair Mariano – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – Concedo, nobre Deputado Jair Mariano.

O Sr. Jair Mariano – Deputada Serys Slhessarenko, eu pedi um aparte, mas a sua defesa foi tão brilhante que ele se torna desnecessário.

Eu gostaria apenas de dizer que o Governo deveria seguir aquele preceito de César, da Roma antiga: “Não basta parecer...”

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – ...Tem que ser.

O Sr. Jair Mariano – ...Não! É o contrário: “Não basta ser, tem que parecer honesto”!

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – Está certo. Eu acho que com essa finalização do Deputado Jair Mariano, está claro! Se o Governo não tem o que esconder, e nós esperamos que não tenha, e esse é o discurso dos Srs. Deputados Governistas...

O Sr. Carlão Nascimento – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO – Concedo, nobre Deputado Carlão Nascimento.

O Sr. Carlão Nascimento – Eu pedi o aparte a V. Ex<sup>a</sup> em função de que vejo que, no mínimo, V. Ex<sup>a</sup> teria que mudar a redação do Artigo 1º deste Projeto de Lei, porque ele diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer a senha...” Se V. Ex<sup>a</sup> quer realmente fiscalizar, e eu sei que V. Ex<sup>a</sup> quer, e essa é a obrigação de todos os Srs. Deputados, então, que a lei obrigue o Governador a fornecer essa senha, e não autorize, porque se for autorizativo, ele vai cumprir se quiser.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Eu acho corretíssimo! Eu prefiro até, mas acontece que não pode, com relação a isso tem um problema legal: para o Projeto de Lei ser constitucional, ele só pode ser autorizativo. Eu prefiro que ele seja obrigatório, é óbvio, mas aí esbarraria na constitucionalidade... Então, se existe vontade do Governo, ele faz sendo obrigatório ou autorizativo.

Eu espero que os Srs. Deputados aprovelem este Projeto, senão os problemas no Governo... Qual é o problema de nós termos essa autorização? Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Encerrada a discussão. Em votação...

Solicito aos Srs. Deputados que adentrem no plenário (PAUSA).

Alerto os Srs. Deputados que o Parecer é contrário. Portanto, se o Plenário quiser votar favorável ao Projeto, tem que derrubar o Parecer contrário.

Em votação. Os Srs. Deputados favoráveis ao Parecer, permaneçam como se encontram (PAUSA)...

Eu solicito aos Srs. Deputados que tomem assento em suas bancadas, para facilitar o processo de votação (PAUSA).

Repito: os Srs. Deputados favoráveis ao Parecer, permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem (PAUSA).

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à contagem dos votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Neste momento, em plenário, 07 Srs. Deputados votaram contrários e 08 Srs. Deputados votaram favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Houve 07 contrários e 08 favoráveis. Portanto, mantido o Parecer. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 214/99, de autoria do Deputado Moacir Pires, que dispõe sobre a isenção de taxa de IPVA para carro a álcool. Com Parecer contrário da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Solicito aos Srs. Deputados que facilitem o processo de contagem dos votos, que se posicionem, senão, teremos problemas.

Eu retifico, o Parecer é favorável. Eu retifico e peço desculpas ao Plenário.

Em discussão o Parecer favorável. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 222/99, de autoria do Deputado Carlos Brito, que dispõe sobre incentivos à conversão de motores de automóveis de gasolina para álcool. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Eu encaminho ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça um Projeto de Lei de nossa autoria, com quatro votos dos membros da Comissão, sendo dois favoráveis e dois contrários, para que o Presidente profira o quinto voto para darmos continuidade à votação.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 230/99, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que cria a Área de Proteção Ambiental Chapada dos Guimarães. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, mais uma vez eu lamento. Ontem, eu obstruí a votação daquele Projeto de autoria da Deputada Serys Shlessarenko para tentar passá-lo hoje, no Plenário, e por um voto nós não conseguimos...

Eu gostaria de dizer da tristeza que eu sinto, muitas vezes, por não conseguir conquistar avanços. Hoje, para o Deputado trabalhar é a coisa mais difícil do mundo... Existem momentos em que um sai para dar uma entrevista, muitas vezes sai do plenário... Poxa vida, é com relação a isso que eu quero falar! Eu sou um Deputado com o sonho de conquistar avanços... Nós tivemos o apoio do Deputado Carlão Nascimento, do Deputado Jair Mariano, o que me deixou muito orgulhoso, porque são Deputados do Governo, que acharam que a transparência deve existir, mas eu fico entristecido com isso...

Eu quero dizer, neste momento, do apoio que eu quero dar a este Projeto de autoria do Deputado Humberto Bosaipo. Eu acho que é um Projeto interessante, num momento em que estamos discutindo a questão da preservação ambiental, da preservação ecológica, fazendo, realmente, um trabalho... Inclusive, o Deputado Gilney Viana é um colega que desenvolve um trabalho grande como esse. E o Deputado Humberto Bosaipo está criando a Área de Proteção Ambiental da Chapada dos Guimarães...

Então, eu gostaria de solicitar à nossa Bancada, aos Deputados do PMDB, e aos Deputados da Bancada de Oposição que votem contra o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito que tudo que representa avanço... Este é o quinto ou o sexto Projeto de autoria do Deputado Humberto Bosaipo este ano. Então, vamos votar contra o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Eu acho que é importante preservar Chapada dos Guimarães.

Então, eu quero aqui deixar a minha posição política...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Solicito ao Deputado Zé Carlos do Pátio, que ocupa a tribuna, apenas um minuto, para que o Deputado Pedro Satélite assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:17 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Indago ao Deputado Zé Carlos do Pátio se continuará discutindo o Projeto...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu vou me abster de continuar discutindo o Projeto, até porque me parece que a Comissão vai mudar o Parecer. Eu acho que é condizente, porque nós estamos discutindo a questão do meio ambiente. Votar contra a criação de uma área de preservação ambiental em Chapada dos Guimarães, para mim é um absurdo! A Comissão está chegando ao cúmulo do absurdo, mas me parece que vão mudar o Parecer... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - V. Ex<sup>a</sup> tem um tempo, e eu não posso me manifestar nesse momento, mas acho interessante essa discussão...

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, como autor do Projeto, o Regimento Interno desta Casa me autoriza, a qualquer momento, a retirar o Projeto. E como se trata de um Projeto de suma importância a criação da Área de Proteção Ambiental de Chapada, eu peço a retirada do mesmo da Ordem do Dia, porque eu quero discuti-lo com a Comissão de Constituição e Justiça. Tenho certeza de que o Deputado Alencar Soares, que foi

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

o Relator, assim como eu e todos os outros Deputados andamos muito ocupados na questão da discussão do PPA...

Estou vendo o Deputado Alencar Soares, que é Vice-Líder do Governo, que exerce essa função muito bem, e eu gostaria de discutir com mais delonga esse Projeto. Então, eu peço a retirada desse Projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. E eu gostaria de fazer parte, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>, da discussão, porque eu acho de suma importância aprovarmos esse Projeto.

Em 1<sup>a</sup> discussão, Projeto de Lei n<sup>o</sup> 154/99, de autoria do Deputado Riva, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos tributários a empresas que executarem programas habitacionais para os seus funcionários e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário do Deputado Zé Carlos do Pátio. Vai ao Arquivo.

Em 1<sup>a</sup> discussão, Projeto de Lei n<sup>o</sup> 134/99, de autoria da Deputada Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água potável do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer...

A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de começar perguntando aos Srs. Deputados, àqueles que acompanham a conta de água de suas casas, e depois continuar perguntando para a população se tem sofrido aumento nas suas contas de água...

Esse é um problema grave, gravíssimo que está ocorrendo. As contas estão vindo absolutamente muito superiores ao que se gasta - mas muito superiores! As reclamações são inúmeras, são pacotes e pacotes de conta, e também de luz por causa do aumento do ICMS, que chegam em termos de reclamação no nosso gabinete e que nós encaminhamos, geralmente, para o PROCON, no caso da Rede, para a própria Rede, no caso da água para a Agência Municipal, que está cuidando disso...

(O SR. DEPUTADO NICO BARACAT DIRIGE-SE À ORADORA - INAUDÍVEL.)

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...Isso, Deputado Nico Baracat, é a instalação de equipamento que faz com que não tenha o ar na tubulação. Esse tal de ar na tubulação está dando uma diferença gigantesca nas contas de água.

Agora, nada impede que nós, com pressão, realmente, aprovemos esse Projeto, porque é imprescindível. Não adianta ficar fazendo discurso que a água aumentou, que a água é isso, que a água é aquilo, que não está dando para pagar mais a conta de água, etc., se nós não tomarmos medidas concretas. E essa aqui é uma medida concretíssima. Se nós queremos realmente dar uma resposta para a população, que existe a possibilidade...

(O SR. DEPUTADO JOAQUIM SUCENA FALA DA SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...Exatamente. O Deputado Joaquim Sucena está dizendo aqui que nada impede que seja aprovado. É para Mato Grosso, óbvio, que cada município se enquadre...

E vamos parar também com essa história de quando nós não queremos, porque o projeto é da Oposição, porque o projeto não interessa... Senhores, por que esse projeto não interessa ao Governo? Por quê? Porque ele está querendo cobrar água sem o povo ter gasto a água? Qual o problema? Vamos aprovar! É para o Estado de Mato Grosso! É um mecanismo concreto, que realmente vai reduzir, porque só vai ser paga a água que realmente se gastou. E por que o parecer contrário? Por que é inconstitucional? Porque passou pela Comissão de Constituição e Justiça! E qual a inconstitucionalidade? Eu pergunto. Ou continua aquela história de que se vê o nome de quem é o autor do projeto e faz o parecer contrário ou a favor (PAUSA)...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Nós estamos aguardando, porque o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça está dando uma olhada, e nós temos a possibilidade de mudar esse parecer, então, vamos aguardar...

O Sr. Carlão Nascimento - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Pois não.

O Sr. Carlão Nascimento - Deputada, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> já colocou bem aqui. O serviço de água e esgoto sempre foi do município. Ao longo dos anos, a maioria dos municípios fizeram convênios com o Estado e passaram essa concessão para o Estado. É política deste Governo devolver todos esses sistemas aos municípios. Então, o sistema de água é do município, portanto, eu não vejo nenhum motivo que nos leve a aprovar esse projeto, até porque o Estado não tem poder nenhum de legislar sobre o município. Então, realmente o projeto é totalmente inconstitucional. Esse é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e ele será mantido, com certeza, aqui no Plenário, em função da inconstitucionalidade do projeto. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Eu continuo insistindo que nós podemos votar esse projeto sem esse problema da inconstitucionalidade...

O Sr. Amador Tut - Concede-me um aparte, Deputada?

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - ...nós podemos rever este parecer.

Pois não, Deputado.

O Sr. Amador Tut - Deputada, o primeiro Projeto meu, como Deputado, foi para chamar atenção para a responsabilidade dos municípios sobre o fornecimento de água, mas não é porque os municípios são responsáveis pelo fornecimento de água, que eles ficam também “desaleniados” em cada município para fazer a sua idéia... Eu acho que o dever tem que ser estadual... O dever do cumprimento da legislação tem que ser estadual; agora, os municípios se enquadram em cada um deles... Portanto, nós fazemos o cumprimento, a aferição, a medição, quem mede todo o nosso sistema? É o INMETRO! É a medição, é o cumprimento do dever da medição... Nós não estamos aqui para entregar a sociedade ar no lugar de água, e eu acho que tem que ser um pouco sério.

A sociedade está brincando com fogo, porque eles deixaram a nossa sociedade sem água... Estão brincando... O ser humano, a coisa que ele mais precisa é de água, e do jeito que nós estamos conduzindo... A moçada, daqui a alguns dias vai ser triste a vida do cidadão

que precisar de água... Nós sabemos que o Planeta já tem escassez de água, agora nós deixarmos os monopólios, como está acontecendo por aí, num sistema difícil...

Eles brigam com o sistema de transporte, fazem um estardalhaço em cima de transporte!... E é uma coisa que o “negro” pode andar a pé, de bicicleta, do jeito que ele quiser. Agora, água é uma coisa totalmente diferente! Eu acho que nós temos que ter mais respeito, os Municípios vão ter que pensar mais um pouquinho, e nós vamos ter que conversar.

Então, Deputada, eu peço que V. Ex<sup>a</sup> retire esse Projeto, e vamos conversar seriamente sobre este assunto de abastecimento de água, porque eu acho que o Poder hoje... Os municípios são obrigados, mas também não para transferir, porque ninguém saberá quanto nós temos hoje gasto dentro das redes de água...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O Sr. Amador Tut - ... gasto dentro das canalizações, e o custo que está se transferindo para terceiros. Nós precisamos pensar nisso... É uma vida totalmente diferente.

Portanto, eu solicito, Deputada, que V. Ex<sup>a</sup> retire esse Projeto, porque hoje não adianta pôr em votação, porque nem *quorum* tem suficiente para isso, mas vamos pensar nisso de fato... A sociedade tem que ter o direito de ter pelo menos água na vida. Muito obrigado.

A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO - Nós é que agradecemos.

Apenas para complementar, Deputado Amador Tut, nós estamos entregando, e somos nós mesmos, porque nós somos autoridades constituídas e temos responsabilidade nessa questão, como em tantas outras. Nós não só estamos entregando ar por água, como, o que é pior, estão cobrando o ar que vai no cano. Esse é o problema maior, parece até engraçado, mas é muito triste, é sério, porque além de não ter a água, a pessoa está pagando pelo ar que passa na tubulação - essa é a grande reclamação - e se a pessoa chamar o órgão competente para verificar essa questão, ela vai detectar com clareza que o absurdo dos preços da conta de água está no problema do ar que corre na tubulação. Isso é fácil, um aparelho simples, mas que tem que ter uma exigência de lei. Infelizmente, o Parecer é contrário... Aliás, o parecer do Relator é favorável, mas os Deputados da Comissão votaram contra o Parecer do Relator.

Nós temos *quorum* para continuar a Sessão, mas não temos *quorum* para votação. Esse Projeto não vai ser votado neste momento... Se, porventura, nós reintegrarmos o *quorum*, eu peço inversão de pauta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputada.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero que fique registrado em Ata o meu voto contrário ao Parecer da Comissão - o único voto contrário ao Parecer da Comissão - ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Riva, que autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos tributários às empresas que executarem programas habitacionais para seus funcionários e dá outras providências. Então, eu quero que seja registrado em Ata o único voto contrário ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Comunico que já está registrado, porque tudo que se fala aqui é registrado - V. Ex<sup>a</sup> pode ficar despreocupado que já está.

O Sr. Moacir Pires - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada, Srs. Deputados, na semana passada eu estive em Brasília, onde participei do Encontro das Lideranças do PFL, e muitos aqui do Estado pensam que o nosso Partido está em baixa, está acabando, mas eu pude ver as grandes lideranças e a preocupação que as nossas lideranças têm para com o Brasil - um dos maiores líderes do Brasil, o Senador Antônio Carlos Magalhães, discursou, e ele é um dos principais motivadores da CPI do Judiciário, da CPI do Narcotráfico... Então, se o Brasil está tomando esse choque, sendo passado a limpo, é porque o PFL está por trás, esse grande Partido. E participaram a Governadora Roseana Sarney, o Deputado Federal Inocêncio de Oliveira, e eu pude ver o quanto o nosso Partido é importante e tem feito pelo nosso Brasil.

Sexta-feira passada eu fui convidado por um colega, que eu não vou divulgar o nome, para uma reunião onde estariam presentes algumas lideranças de bairros e o Exm<sup>o</sup> Sr. Governador Dante Martins de Oliveira, para discutir sobre o ICMS sobre a energia elétrica. Nós pensamos que iríamos discutir...

Veja bem, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, foi passado o “rolo compressor” em cima das lideranças, em cima dos Deputados, e não houve uma discussão. Existia uma pessoa no plenário que pediu: “Deputado, pede para que seja isento, pelo menos, 75 quilowatts, o que dá direito a três bicos de luz e um ventilador.” Vejam só a humildade desse senhor... Hoje, esses 50 quilowatts que o Governador quer dar de isenção de ICMS não representam nada ao cidadão, somente a quem tem “gato” na sua casa.

Por isso a Bancada de Oposição se reuniu, ontem, no gabinete do Deputado Joaquim Sucena, e nós solicitamos a colaboração de todos os Srs. Deputados para que façamos uma ação para votar o Projeto de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, do PMDB, para voltar o ICMS ao que era antes, os 17%.

Vejam bem, o Brasil passa por dificuldades... Os governantes que têm carinho pelo seu povo dão incentivos para que novas indústrias, para que novas empresas venham trabalhar nos seus Estados, venham se instalar em seus Estados, e com isso gerar mais empregos, gerar mais rendas. As pessoas que estão se formando... Nós vemos na UNIC, todo ano, centenas de formandos tirando seus diplomas e não tendo onde arrumar emprego.

Eu estava lendo uma reportagem, agora, na *Folha do Estado*, dizendo que tem pessoas fazendo campanha na rua, entregando bilhete, pedindo emprego... Então, é a situação que Mato Grosso está enfrentando, e não só Mato Grosso, mas o Brasil inteiro, e se nós tivermos bons governantes, bons parlamentares votando com a maioria, que é o povo mato-grossense do nosso Estado, que nos elegeu, nós estaremos dignificando o nosso voto.

Nós vemos com indignação o Governo falar que precisa enxugar a máquina, que precisa economizar, que aumentou o ICMS sobre a energia elétrica, que deu aumento no IPVA, porque esperava que o ano seria muito difícil... Após receber uma denúncia anônima sobre a “máfia do Fisco”, e ter apurado, o Estado de Mato Grosso começou a arrecadar mais, e a crise que ele esperava não foi tão grande, por isso, agora, ele vem dar isenção no ICMS para quem consome até 50 quilowatts de energia.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Então, nós vemos com indignação esse pouquinho que ele vai dar e que não vai refletir em nada para o consumidor.. E com mais indignação nós vemos o DETRAN consumir - e não mudou o Governo, não mudou nada -, R\$221.000,00 somente para implantar uma nova logomarca para o DETRAN, nós vemos o DETRAN gastar R\$430.000,00 com propaganda, nós vemos o DETRAN gastar uma média de R\$50.000,00 somente em diárias por mês.! E somente no mês de agosto... Eu vou apresentar um Requerimento para que os Diretores do DETRAN venham aqui prestar esclarecimentos, porque somente no mês de agosto gastou-se R\$121.250,00 com diárias!

E vejo também o aumento sucessivo, após o mês de abril, da contratação de estagiários. No mês de abril eram gastos com estagiários R\$68.000,00, e hoje a conta está em R\$82.712,00, um aumento de 20%. Se for fazer a média do que ganha cada estagiário que se contratou, existem trabalhando dentro do DETRAN hoje duzentos e doze estagiários - é o maior cabide de emprego dentro do DETRAN.

Nós vemos também na listagem parentes do Sr. Governador, sobrinhos, cunhados, um dos maiores beneficiados, está aqui o documento, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, um dos maiores beneficiados em diárias é o Sr. Ronaldo Pimentel Figueiredo...

Eu gostaria que o Deputado Carlão Nascimento viesse a esta tribuna para esclarecer, Sr. Deputado, porque talvez eu esteja enganado - V. Ex<sup>a</sup> que esteve dentro do órgão... É admissível o DETRAN gastar R\$52.000,00 por mês, em média, com diárias? Talvez V. Ex<sup>a</sup> possa nos esclarecer isto aqui. Como eu sou um Deputado novo, posso estar enganado. Quem sabe, a Assembléia Legislativa, não só o Bloco de Oposição, poderá exigir que o Governo do Estado esclareça isso, que demita os culpados, que faça com que eles devolvam o dinheiro que foi aplicado de forma errada. Nós temos uma denúncia muito séria...

O Sr. Joaquim Sucena - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. MOACIR PIRES - Só para concluir.

...Deputado Carlão Nascimento, de que uma pessoa ligada ao Departamento Financeiro fez uma transferência de dinheiro da conta do DETRAN, *on line*, para a conta do filho dele, e toda a Diretoria do DETRAN sabe e até agora ninguém tomou conhecimento, deixou passar, com medo de que essa pessoa entregue os "ratos" que existem dentro do DETRAN - porque lá está cheio de "ratos", Deputado Carlão Nascimento.

Concedo um aparte ao Deputado Joaquim Sucena...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Apenas para comunicar que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para encerrar seu pronunciamento. Se V. Ex<sup>a</sup> conceder três minutos de aparte, sobrarão apenas dois minutos.

O Sr. Joaquim Sucena - É só um minuto, Deputado, eu não preciso mais do que isso.

Eu gostaria, como Líder do meu Partido, que V. Ex<sup>a</sup> convocasse o Presidente do DETRAN para vir a esta Casa para ser argüido sobre essas informações que V. Ex<sup>a</sup> obteve, até para que possamos deixar bem claro o que está acontecendo dentro do DETRAN. Há poucos dias, o Deputado Silval Barbosa disse desta tribuna da impossibilidade de se conseguir fazer valer em Guarantã do Norte, não a indicação, mas a retirada de alguém que já tinha sido denunciado por malversação do dinheiro público no DETRAN - e, posteriormente, após a sua denúncia tivemos a oportunidade de ver o Governo correndo para tentar sanar mais essa irregularidade.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

De modo que eu acho que é muito interessante, com os dados que V. Ex<sup>a</sup> tem, que V. Ex<sup>a</sup> aproveite para fazer a convocação do Diretor-Presidente do DETRAN para que venha aqui esclarecer aos Srs. Deputados e mostrar que, realmente, todos esses dados que V. Ex<sup>a</sup> tem são inverídicos. Dessa maneira, eu gostaria de fazer este aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que já faz uso da palavra pela Liderança, para que se desse prosseguimento a esta observação.

O SR. MOACIR PIRES - A minha assessoria encaminhará, hoje à noite, um Requerimento para convocar o Diretor-Presidente e toda a assessoria do DETRAN para vir prestar esclarecimentos aqui.

E mais uma denúncia muito grave, Srs. Deputados.. V. Ex<sup>as</sup> que viajam muito, não só para o interior, mas para Brasília e para outros Estados, vêm a colocação dos chamados radares eletrônicos - eu nem vou mais reclamar de lombada eletrônica, porque ela é bem visível, a pessoa sabe que tem que passar a 30Km/h... Como Mato Grosso é terra sem lei, em Várzea Grande é 50Km/h, mas se você passa na lombada eletrônica é 30Km/h. E se a pessoa passar no radar eletrônico o limite de velocidade aqui em Cuiabá é 60Km/h... Eu fico com dó das pessoas que vêm do interior, dos prefeitos que aqui estão, dos seus subordinados, não só de todos que aqui vêm, porque com a "sacanagem", com a vontade, com a usura de ganhar, colocam somente uma placa a 150 metros. Em outros Estados existe uma plaquinha com *neon*, que fica até piscando, para o motorista poder ver que existe ali um radar eletrônico...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunicamos que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dois minutos para encerrar.

O SR. MOACIR PIRES -...para prevenir, porque é um lugar perigoso para passar a 60Km/h. E aqui em Cuiabá não. Aqui acontece totalmente diferente, eles colocam uma placa e, às vezes, o vento até vira a placa, para a pessoa ser multada. E se a pessoa passar a 72Km/h recebe uma multa de quinhentos e tantos reais, na segunda vez de oitocentos reais e na terceira tem que vender o carro... Então, é isso que está acontecendo. É com relação a isso que nós temos que tomar uma posição aqui dentro da Assembléia. Qual dos Deputados não têm uma multa? V. Ex<sup>a</sup>, Deputado Hermínio J. Barreto, que é do interior... Eu ainda sei onde estão essas máquinas de arrecadar, porque são máquinas de arrecadar... E nós não sabemos nem para onde vai esse dinheiro.

Então, eu gostaria, Deputado Carlão Nascimento, como foi V. Ex<sup>a</sup> quem implantou esse projeto aqui, que V. Ex<sup>a</sup> nos explicasse onde está sendo aplicado esse dinheiro, o que está sendo feito, quanto essa empresa está levando, de quanto em quanto tempo está sendo feito o aferimento dessas lombadas, desses caças níqueis.

Então, eu chamo a atenção da Oposição, porque nós vamos começar a brigar nesse sentido, porque eu me elegi a vereador com essa proposta, nunca me esqueci dela, e o povo me cobra até hoje. Nós vemos que aqui em Cuiabá existem pessoas, existe o Governador, às vezes, uma campanha do Prefeito, querendo patrolar... Vai patrolar, mas não vai calar a nossa boca, não vai calar a boca da Oposição e não vai calar a boca do PFL. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Eu gostaria de fazer um pedido ao Líder do Governo, mas na ausência do Líder nós fazemos ao Vice-Líder, Deputado Alencar Soares... Nós constituímos aqui uma Comissão Especial, há aproximadamente 90 dias, para tratar da divisa do Estado do Mato

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Grosso com o Pará. Isso é de grande valia para o nosso Estado, não só para a região Norte, mas para o Estado de Mato Grosso. Nós não temos dúvidas, após a verificação de mapas e documentos que nós temos em mãos e da ida do Deputado Romoaldo Júnior e do Deputado Jair Mariano para Belém, nós estamos cientes de que teremos de volta uma área de terra de aproximadamente três milhões de hectares que já pertenciam ao Estado de Mato Grosso - inclusive a Base Aérea do Cachimbo, Deputado Silval Barbosa, irá pertencer ao Estado de Mato Grosso.

Diante dessas explicações - e essa Comissão é constituída pelos Deputados Benedito Pinto, Silval Barbosa, Jair Mariano, Romoaldo Júnior e nós na Presidência -, pedimos que V. Ex<sup>a</sup> agende uma audiência com o Governador do Estado, com a Comissão e os Deputados que porventura quiserem participar, porque nós entendemos que é importante, Deputado José Carlos Freitas, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Nilson Leitão, porque essa não é uma questão do Norte do Estado, é uma questão do Estado de Mato Grosso, para que o Governador também nos dê apoio integral para que nós possamos ter essa área de terra novamente de volta, e isso com o máximo de urgência, porque nós, há poucos dias, lemos um livro sobre uma área de terras do Araguaia, que pertencia a Goiás, que levou vários anos para resolver o problema... E nós não podemos aguardar mais, porque já existe um conflito, inclusive naquela região de Guarantã do Norte, Alta Floresta, para que nós possamos agilizar o quanto antes.

Portanto, nós pedimos, Deputado Alencar Soares, que o Governador receba, ainda esta semana, se puder, essa Comissão.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em que pese, Sr. Presidente, eu estar fora do DETRAN há quase dois anos, sempre que nesta Casa falam do DETRAN, colocam a minha pessoa... E é bom que acaba de chegar a nobre Deputada Serys Silhessarenko, porque eu fui alvo de muitas críticas quando, por três anos, dirigi o DETRAN no outro mandato do Governador Dante de Oliveira.

E vejo aqui, hoje, o Deputado Moacir Pires - que foi, quando Vereador, um batalhador, um lutador contra a implantação do sistema de lombada eletrônica e radares - fazendo a mesma colocação.

Eu quero dizer que esse assunto, com a aprovação do novo Código Brasileiro de Trânsito, desde o ano passado, passou para as Prefeituras, e se lá em Várzea Grande tem uma lombada que não está sinalizada, a culpa é do Sr. Jaime Campos, que é o Prefeito de lá - e que é também do PFL. Se em Cuiabá tem uma lombada e não está sinalizada, a culpa é totalmente do Prefeito...

Portanto, cabe aos Srs. Vereadores das duas cidades trabalharem em cima disso. Quando nós colocamos lombada e radar em Cuiabá, nós tínhamos só um objetivo - e nós o alcançamos -, que era exatamente o de tirar Cuiabá da posição de capital nacional de acidente de trânsito, para deixá-la, no dia em que nós deixamos o DETRAN, dia 02 de abril de 1998, como uma das cinco cidades em que menos se mata no trânsito no Brasil. Foi com esse objetivo, e nós o alcançamos, até porque quando se fala que a lombada é um “caça níquel”, é preciso levantar dados.

Eu me recordo muito bem, que tudo que nós arrecadávamos no DETRAN não passava de quatro mil multas por mês, com todo o sistema implantado em Cuiabá. Quer dizer, o Batalhão de Trânsito multava muito mais do que lombada e radar no Município de Cuiabá,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

e também, por conseqüência, no Município de Várzea Grande. Portanto, essa questão eu só discuto com dados concretos.

Com relação às denúncias que o nobre Deputado levanta aqui e pede a nossa intervenção, eu quero dizer que não fui autorizado por ninguém do DETRAN para vir fazer a defesa, mas quero colocar que toda e qualquer denúncia que houver tem que ser apurada, e os responsáveis terão que ser punidos. Foi assim... Nós recebemos várias críticas quando estávamos no DETRAN, e nós apuramos irregularidades na CIRETRAN de Várzea Grande, demitimos todos os responsáveis. Foi assim que apuramos irregularidades, e o Deputado Humberto Bosaipo inclusive nos convocou aqui na Assembléia na época, nós apuramos as irregularidades de Barra do Garças, demitimos todos os responsáveis. Foi assim que fizemos também no próprio DETRAN em Cuiabá...

Portanto, em relação a essa questão de denúncia, está de parabéns o Deputado que traz a esta Casa esses dados, mas é importante que se apure, porque nós temos mecanismos para isso. A Assembléia Legislativa tem mecanismo para isso. Não basta apenas convocar o Presidente, é preciso que se vá ao DETRAN e fiscalize isso. Essa é a nossa função. Não sei se...

O Governador já tomou conhecimento também dessas denúncias e já encaminhou à auditoria do Estado para que se faça um levantamento em todo o DETRAN, e é possível que possa haver alguma irregularidade - não sei se há -, mas se houver, eu tenho certeza de que será punido, porque a tônica do nosso Governo tem sido a transparência, a moralidade, a legalidade...

Eu quero dizer, com essas notícias todas que apareceram, que é preciso não cometer nenhuma injustiça, é preciso não condenar a Diretoria do DETRAN apenas porque há uma denúncia, porque nós vimos, recentemente, todo um Poder sendo acuado, a sociedade como um todo achando que realmente era o Poder, ou seja, o Tribunal de Justiça o responsável pela morte do Juiz e que agora nós estamos vendo uma história totalmente diferente, e quanto a isso nós temos que fazer justiça, o Deputado Humberto Bosaipo, no mesmo dia, chamou a atenção de todos nós aqui. Portanto, eu não quero aqui cometer nenhuma injustiça, quero cometer justiça.

Eu quero dizer que o DETRAN tem uma peculiaridade com relação a diárias. São vários os funcionários que trabalham no interior. De que forma? Existe uma banca que sai de Cuiabá e roda o Estado inteiro fazendo o teste de habilitação. Então, é preciso ver se essas pessoas que estão sendo citadas não fazem parte dessa banca. E o DETRAN tem um outro programa, que é o programa de educação de trânsito, que nós tivemos a oportunidade, quando estivemos no DETRAN, de instituir. Eu sei que está sendo levado à frente esse programa, porque já tive a oportunidade de me encontrar com toda a Diretoria Técnica do DETRAN, com o Diretor Técnico, que é o Sr. Ronaldo Pimentel Figueiredo, e acompanhei-os em toda essa região de Cáceres - desde Comodoro, Pontes e Lacerda, Jauru, São José dos Quatro Marcos, Araputanga -, participando com eles de toda a programação que fizeram nessas cidades, e nenhum Diretor, nenhum servidor do DETRAN vai sair do DETRAN sem ganhar diária, é natural que seja assim. E eu não sei se chega a esse volume todo, como denuncia aqui o Deputado Moacir Pires, mas é preciso averiguar.

Quero dizer que o Sr. Ronaldo Pimentel Figueiredo é um diretor que se preocupou com isso e já nós mandou um relatório completo dos lugares por onde ele andou desde o mês de fevereiro até o mês de outubro - parece-me que é o relatório que o Deputado

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Moacir Pires tem em mão. Então, está aqui, ele mostra todo o trabalho que foi feito nas CIRETRANs do interior. Quer dizer, está muito bem feito o relatório...

O Sr. Moacir Pires - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Só um minuto, Deputado.

Eu acho que é importante conhecer isso. Eu tive oportunidade de encontrar-me com ele em várias cidades do interior dentro do programa de educação de trânsito e em uma visita às CIRETRANs... Então, ele traz um relatório completo das suas atividades. Se não bastasse isso, tem também aqui um relatório que eu recebi do Diretor Técnico, da Assessora de Educação para o Trânsito e da Coordenadora do Programa Educação, que mostra também o trabalho que foi feito, onde foi feito, como foi feito e quantas pessoas foram atendidas - só neste relatório nós temos 92 mil alunos atendidos na rede pública municipal. E se não bastasse isso, eu estou aqui defendendo as viagens dos funcionários, porque o DETRAN também é o órgão responsável pelo intercâmbio entre Prefeitura e Estado, exatamente para fazer com que os municípios possam ser incluídos no Sistema Nacional de Trânsito. Por incrível que pareça, só tem dois municípios no Estado de Mato Grosso integrados ao sistema nacional, que são os Municípios de Cuiabá e Primavera do Leste, então, é preciso os funcionários estarem constantemente viajando. Por isso eu faço essa defesa aqui do Diretor Técnico, que foi o único que se preocupou em mandar essas informações para todos nós.

Concedo o aparte ao Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Eu quero relatar ao Plenário, que está atentamente prestando atenção ao nosso discurso, que realmente o próprio Sr. Ronaldo Pimentel Figueiredo, irmão da Primeira-dama do Estado de Mato Grosso, Sr<sup>a</sup> Telma de Oliveira, fez o relatório dele. Na primeira viagem, o motivo foi apurar irregularidades na 16<sup>a</sup> CIRETRAN... Então, eu peço a V. Ex<sup>a</sup>, já que ele lhe enviou esses documentos, que diga a ele para enviar novos documentos, as notas fiscais, se ele tiver - porque ele tem que chegar de viagem e prestar contas -, no máximo até a Sessão de hoje à noite, para não dar tempo de ele fabricar as notas, para ele se defender... Se ele mesmo assinar esse papel, porque papel aceita tudo... Ele poderia falar que é o homem mais lindo do mundo... Ele precisa prestar conta de hotel, de comida, de tudo!

Então, que ele preste conta devidamente, com as notas fiscais, para não dar tempo de ele ir a Barra do Garças e ver, nessa viagem a Alto Garças, o que ele apurou de irregularidade na 16<sup>a</sup> CIRETRAN, porque o resto aqui é escolinha, não sei o que e tal, entendeu? Só para esclarecer... E se eu estiver errado, eu serei a primeira pessoa a pedir desculpas. Eu sei reconhecer meus erros. Agora, a denúncia aqui é gravíssima, tem pessoas do DETRAN, como o Chefe de Fiscalização de Cuiabá, que nem pode sair daqui, e é um dos campeões aqui em diárias - um tal de Luzenildo Pires, mas que não é nem meu parente.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Eu agradeço a participação de V. Ex<sup>a</sup> e vou solicitar ao Diretor Ronaldo Pimentel Figueiredo que envie...

Agora, só para esclarecer V. Ex<sup>a</sup>, quero dizer, em relação à diária, que ele só tem que fazer um relatório de viagem, não existe uma prestação de contas em cima de nota fiscal. E gostaria de dizer que ele vai apresentar apenas e tão-somente o relatório de viagem, que é o comum em qualquer órgão.

Portanto, eu quero dizer, Deputado Moacir Pires, que concordo com V. Ex<sup>a</sup>, e toda e qualquer denúncia... Nós somos Governo e o próprio Governador não admite isso, tanto é que já mandou apurar. Eu acho que na próxima sexta-feira... Segundo o próprio

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

jornal já disse, o auditor já concluiu o seu resultado, e quero dizer que essa não vai ser a última denúncia que vai aparecer do DETRAN. É um órgão extremamente complicado, é um órgão que todo mundo fica de olho.

Agora, é preciso que as pessoas que lá estão, defendendo a política do Governo, tenham essa sensibilidade. V. Ex<sup>a</sup> fez uma denúncia que eu considero a mais grave que eu vi até agora, que é funcionário do DETRAN transferir o dinheiro do DETRAN para a conta particular do filho. Essa denúncia é gravíssima... Só com ela, V. Ex<sup>a</sup> já poderia criar uma Comissão aqui para averiguar, mas eu acho também que o auditor vai detectar esse problema e vai dar o retorno para todos nós.

Eu já vi também denúncias nas entrevistas de V. Ex<sup>a</sup> de que está havendo licenciamento no DETRAN sem o devido pagamento do IPVA e sem o devido pagamento das taxas. Isso já é uma outra área. Eu quero dizer que isso também é possível verificar, e rapidamente, porque existe um relatório - na minha época tinha um relatório mensal -, e é possível detectar isso com uma facilidade muito grande. Não sei se a auditoria vai fazer isso, mas é preciso que a Assembléia Legislativa oriente a auditoria, inclusive para fazer esse tipo de verificação.

Portanto, eu acho que toda e qualquer denúncia, chegando a esta Casa ou não chegando a esta Casa, tem que ser apurada, e com bastante rigor. Eu acho que o Governador está fazendo isso, esse Governo sempre fez isso - eu já disse aqui das várias sindicâncias que nós fizemos no DETRAN, dos resultados dessas sindicâncias.

Eu acho que V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns em trazer essa denúncia. Agora, vamos ter o cuidado de não penalizar as pessoas sem que essas pessoas mereçam. Os funcionários do DETRAN que viajam - e aí eu incluo, inclusive, o Diretor-Técnico, porque é uma pessoa que viaja muito, é quem coordena esse setor de habilitação no Estado, e tem que viajar, tem que dar assistência às CIRETRANs...

Então, eu vejo que talvez, aqui, a questão das diárias que existem no nome do pessoal, principalmente, que faz parte da Escola de Trânsito, que faz parte também da Banca Examinadora - e aí tem que se incluir diretores, coordenadores, porque todos eles viajam -, eu acho que valeria a pena fazermos um levantamento, para ver se eles realmente necessitam de viagem...

O Sr. Zé Carlos do Pátio – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - ...Para se ter idéia, o Diretor informa aqui que tirou 68 diárias desde fevereiro. Então, eu acho que é um número razoável, não teria nenhum problema nessa questão. A questão que V. Ex<sup>a</sup> colocou aqui também de licitação dirigida e outras coisas mais, eu acho que só tem uma forma: apurar.

Quero me colocar à disposição de toda a Bancada de Oposição, como aquele que conhece um pouco do sistema do DETRAN, do sistema de trânsito brasileiro, para ajudar naquilo que for possível...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - ...É preciso que sejam esclarecidas todas essas denúncias e que os responsáveis realmente sejam punidos. Muito obrigado

O Sr. Zé Carlos do Pátio – Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, nós queremos comunicar que está sendo feita uma convocação

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

pelo Deputado Nilson Leitão, na Comissão Especial que foi requerida pelo mesmo, para uma reunião às 11:00 horas - e já são 11:15 horas -, para a instalação e escolha do Presidente e do Relator dessa Comissão Especial criada para levantar junto ao IBAMA, à Superintendência do Estado de Mato Grosso, o montante e as causas das multas aplicadas por aquele órgão.

Portanto, logo após a Sessão, Deputado Nilson Leitão, nós poderemos fazer essa reunião aqui mesmo, porque os Deputados que fazem parte da Comissão - Deputado Silval Barbosa, Nilson Leitão, Pedro Satélite e Jair Mariano - encontram-se presentes.

Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO – Sr. Presidente, eu ouvi o discurso do Deputado Moacir Pires, eu também ouvi o discurso do Deputado Carlão Nascimento, e eu quero aqui fazer um resumo dos discursos dos dois Deputados. Primeiro, um Deputado faz uma acusação, depois o outro explica como é que funciona o sistema de trânsito aqui em Mato Grosso, sem sequer eximir a responsabilidade, dizer se há ou não erros... Eu quero aqui deixar claro que o Deputado Carlão Nascimento não está aí defendendo o DETRAN, até porque se houver erros ele é o primeiro a defender a penalidade...

Eu quero aqui deixar uma coisa registrada... Hoje V. Ex<sup>as</sup> viram claramente como é que se conduz uma Assembléia Legislativa. Por exemplo, hoje, um Projeto de Lei de autoria da Deputada Serys Shessarenko - pelo qual nós queríamos que o sistema da Secretaria de Fazenda estivesse aberto aos Deputados - foi rejeitado por esta Casa de Leis por um voto! Isso demonstra a falta de transparência, que a Casa não interessa aos Deputados, principalmente a Oposição... Ele diz que os Deputados têm acesso, e eu fui perguntando a um por um dos Deputados se eles têm acesso à senha da Secretaria de Fazenda, e nenhum, inclusive os Deputados Governistas, têm acesso à senha - eu perguntei aos Deputados Governistas e da Oposição.

Depois, eu quero aqui dizer o seguinte: vamos apurar? Vamos! Bem, a Bancada de Oposição entrou com o pedido de abertura de uma CPI do Fisco, que sequer passou, sequer foi assinada por todos os Srs. Deputados, inclusive Deputados da Oposição sequer assinaram a abertura da CPI do Fisco aqui nesta Casa de Leis. Quer dizer, querem a transparência, mas não assinam o nosso Requerimento para investigar a “máfia do Fisco”.

Eu acho interessante... Pelas informações que eu tenho, tem um advogado da Dr<sup>a</sup> Leda Regina que está me interpelando na Justiça, porque eu questionei a sindicância do Governo. A sindicância do Governo inocentou a Dona Leda... Ora, eu questionei só isso. Segundo a imprensa, foi encontrada arma não legalizada na casa dela, dólares não legalizados, documentação secreta da Secretaria de Fazenda - na casa dela, ela era coordenadora da Secretaria de Fazenda... Um ano antes o Prefeito de Sinop, Sr. Adenir Barbosa, denunciou a Secretaria de Fazenda, que havia uma “máfia do Fisco”, uma “máfia da madeira” na região de Sinop, e a Secretaria sequer fez alguma coisa.

Entramos com o pedido de abertura da CPI, mas ele não conseguiu passar... A única confiança nossa é no Ministério Público Federal, mas a Bancada da Oposição não está ainda satisfeita com tudo isso que está acontecendo.

Vejam bem, eu tenho que ir em defesa do Deputado Moacir Pires, até porque ele está querendo investigar lá! Aquilo que está certo ele não quer tirar os méritos que estão certos, não! Agora, se o Governo vai fazer uma sindicância... Será que essa sindicância vai ser mais um acerto? Porque a “máfia do Fisco”, a “máfia da madeira”, só pegou “lambari”; “tubarão”, que é bom, não pegou. Aliás, neste Estado, Deputado Joaquim Sucena, é ao

contrário. Hoje, na questão do Judiciário, quem está sendo condenado é o Dr. Leopoldino, que morreu e não tem direito de se defender... Ele é quem está sendo condenado, ele é o bandido, e o restante é tudo inocente! Hoje, eu estou sendo interpelado pelos advogados da Dr<sup>a</sup> Leda Regina porque eu questioneei que não pegaram os “tubarões” que pegaram somente “lambaris”. É interessante isso! Estão invertendo os conceitos neste Estado, o Estado da impunidade, o Estado da injustiça, o Estado onde coisas estão acontecendo aí...

Então, eu quero aqui, Deputado Moacir Pires, reafirmar meu apoio a V. Ex<sup>a</sup>. Eu acho que nós temos que investigar a fundo o DETRAN. V. Ex<sup>a</sup> está cumprindo o seu papel como Deputado Estadual nesta Assembléia Legislativa.

O Sr. Moacir Pires - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Moacir Pires - Eu quero elogiar o seu discurso, porque V. Ex<sup>a</sup> buscou lá atrás sobre a corrupção na Secretaria de Fazenda. E quero dizer também, como eu ando no meio da sociedade, que ouvi alguns comentários - como a lei permite a nós, Parlamentares, falarmos aqui o que quisermos e, também, ouvirmos o que quisermos - que a Dona Leda é um dos maiores “tubarões” do Estado de Mato Grosso, uma das maiores corruptas da Secretaria de Fazenda... Foram encontradas armas ilegais em sua chácara, dólares, e o seu filho, um tal de “Bebezão”, em um mês de farra gastou mais de cento e vinte mil dólares - ele pegou dentro de um baú, num apartamento dela, um triplex, no Bairro Goiabeiras, a quantia de mais de cento e vinte mil dólares e ela nem notou... Ele comprou um carro de arrancada, um Gol, foi preso com esse carro, e ela nem sabia que ele era proprietário do carro. Ele comprou uma *Yamaha*, em nome de um “laranja”, uma moto R1, que conheço bem, e pagou trinta e três mil dólares nessa motocicleta, e a mãe nem sabia. Isso é para que V. Ex<sup>as</sup> possam ver o quanto de dólares havia no baú dessa mulher. E não é que eu esteja indignado com esses fiscais que foram mandados embora, mas eu estou indignado de terem pego somente os pequenos e não terem pego, ainda, os grandões. E se nós chegarmos nesses grandões, chegaremos num peixe bem maior, mais graúdo, com barba e tudo. Muito obrigado.

O Sr. Silval Barbosa - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Silval Barbosa - Eu quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por essa linha de raciocínio, por V. Ex<sup>a</sup> estar sendo interpelado e estar manifestando sua posição de constrangimento em relação à decisão tomada, e eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu sou solidário, e também espero que possamos proceder aos trabalhos da CPI, para ouvirmos as pessoas que foram demitidas e revermos a questão das liminares. Era esta a minha posição, Deputado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero agradecer ao Deputado Silval Barbosa, ao Deputado Moacir Pires, que intercederam, e quero deixar este questionamento no ar... Quer dizer que, pelo Deputado Moacir Pires ter feito essa colocação, ele quase foi crucificado por tê-la feito? Como eu, também... Eu estou denunciando uma corrupção no Governo e estou sendo interpelado pelo Governo porque eu estou denunciando a corrupção no Governo. A mesma coisa está acontecendo com o caso do Juiz Leopoldino. O único bandido, hoje, é o Juiz Leopoldino, porque ele morreu e não tem direito à defesa. O resto todo é inocente! É isso que me deixa indignado, é isso que me deixa constrangido! Este Estado mudou os valores e os conceitos, Sr. Presidente...

O Sr. Carlão Nascimento - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,  
ÀS 08:00 HORAS.

---

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Carlão Nascimento. E aqui, Deputado, eu quero registrar que não estou eximindo nenhuma parte do seu discurso, porque V. Ex<sup>a</sup>, realmente, está pedindo a veracidade, e eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> apoiará a CPI do DETRAN, se ela for instalada.

O Sr. Carlão Nascimento - Eu não disse isso a V. Ex<sup>a</sup>, até porque eu acho que CPI não é o único mecanismo de controle que cada Deputado tem.

Eu ouço V. Ex<sup>a</sup> e gostaria de dizer que este Governo eu posso defender, porque participei do Governo passado e não mudou nada de lá para cá. O Governo tem tido uma linha, uma conduta, muito correta. O Governador nunca pediu para fulano, que dirige um órgão, que dirige outro órgão, para praticar qualquer ato ilícito...

Nós também não estamos interpelando V. Ex<sup>a</sup>, e o Governo também não está. V. Ex<sup>a</sup> disse que quem o está interpelando é o advogado da Dr<sup>a</sup> Leda. Eu não vejo porque V. Ex<sup>a</sup> criticar o Governo. O Governo, em cima de um relatório, puniu de acordo com o que o relatório colocou. O Ministério Público está fazendo um outro relatório. Quem sabe se o que escapou do Governo vai cair no Ministério Público? Então, todos estão no mesmo barco.

Portanto, eu quero aqui fazer uma defesa do Governo nesse sentido. O Governo em hora nenhuma pediu para praticar ato ilícito em qualquer que seja o órgão, e é por isso, por ter participado do Governo passado, por ter defendido essa política do Governo, que nós fizemos várias sindicâncias do Governo passado e todas elas tiveram punições exemplares, inclusive na cidade que V. Ex<sup>a</sup> representa, a cidade de Rondonópolis. Nós fizemos sindicância lá, constatamos irregularidades na CIRETRAN, e punimos os responsáveis. Então, essa questão do DETRAN é uma questão que no Brasil inteiro sempre tem problema, porque onde corre dinheiro sempre vai dar problema.

Eu estou à disposição, e acho que toda a equipe do Governo está pronta para apoiar qualquer iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> que venha pedir a moralização de cada órgão. Agora, o que eu estou pedindo aqui é para não se crucificar, hoje, o Presidente do DETRAN, para não se crucificar nenhum diretor em função de que não se apurou nada. Vamos apurar primeiro, para depois, então, punir, se houver responsáveis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Comunicamos que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Gostaria apenas de conceder um aparte ao Deputado Nilson Leitão e um ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Nilson Leitão - É apenas para voltar naquilo que V. Ex<sup>a</sup> disse de Sinop, porque V. Ex<sup>a</sup> se equivocou num ponto... Todos os fiscais que foram denunciados, todos, estão *sub judice*, tanto é que não estão podendo prestar serviço, e está faltando fiscal no Estado para isso. Então, todos estão *sub judice*. Agora, os que já caíram, é lógico, foi decorrência de um trabalho que foi acelerado na Justiça, e já foi efetuado pelo Governo do Estado. Agora, os outros continuam na lista, não é que foram tirados... Então, o trabalho está sendo efetuado, o Governo do Estado está dando toda cobertura para que esse trabalho continue e não pare, para que se resolva o problema do Fisco.

O Sr. Humberto Bosaipo - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Eu gostaria de fazer aqui justiça ao seu pronunciamento, porque, realmente, essa questão do DETRAN é complicada no Estado.

Agora, quando o Presidente era o Deputado Carlão Nascimento - e eu fui um dos mais severos críticos da administração dele -, eu o convoquei aqui na Assembléia Legislativa, fiz uma denúncia de corrupção em Barra do Garças, e ele tomou as providências que precisavam ser tomadas. Por quê? Porque lá em Barra do Garças eles estavam negociando chassis de carretas, e essas carretas eram vistas nos morros lá do Rio de Janeiro, inclusive com o narcotráfico... Convoquei aqui o Presidente Carlão Nascimento, denunciei - inclusive com vídeo, trouxe um vídeo e apresentei aqui... E eu quero louvar a atitude dele, porque imediatamente ele destituiu, exonerou, junto com o Governador, toda aquela equipe de Barra do Garças, de Tangará da Serra e de Várzea Grande, tanto é que ele foi eleito Deputado Estadual. Pelos méritos dele, ele provou por “a” mais “b” que é um homem idôneo, e hoje é um dos melhores amigos que nós temos aqui no Parlamento Estadual.

E esse é o papel do Deputado! V. Ex<sup>a</sup> está correto, Deputado Moacir Pires, tem que se policiar, fiscalizar o DETRAN, porque a “ocasião faz o ladrão”, Deputado. É muito dinheiro todo dia! Hoje, eu estou pagando uma multa de uma caminhonete no valor de R\$800,00, passei numa lombada eletrônica - ou passaram, deve ter sido o motorista... Ora, eu estou recolhendo... Agora, imaginem isso aí como que é feito, de hora em hora, no DETRAN.

Então, a fiscalização do DETRAN, algumas denúncias do DETRAN já recebi também da nova Diretoria... Eu acho o seguinte: o Presidente do DETRAN tem que vir aqui na Casa, como fez o Deputado Carlão Nascimento, explicar, mostrar o que está ocorrendo no DETRAN. Eu assisti ao programa Terceiro Mundo, na TV Gazeta, com ele, e achei que ele não deu uma explicação condizente com a função que exerce. Eu acho viável convocá-lo aqui numa reunião aberta, numa reunião da Comissão de Fiscalização, para se discutir as questões do DETRAN.

Agora, que existe denúncia, existe, mas tem que ser apurada, como fez o Deputado Carlão Nascimento. Muito obrigado.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero reforçar que, realmente, eu acredito...Eu subi na tribuna para hipotecar apoio ao trabalho do Deputado Moacir Pires, da mesma forma Deputado Humberto Bosaipo, que V. Ex<sup>a</sup> fez o seu papel, e que o Deputado Carlão Nascimento reconhece que, realmente, nós temos que ficar atentos ao DETRAN. Então, eu quero aqui dizer, em defesa deste Parlamento, que nós temos que ficar atentos a isso tudo.

Quero aqui dizer que essa questão do Fisco, a Bancada da Oposição não está satisfeita. Não adianta a Dr<sup>a</sup> Leda Regina nos interpelar na Justiça, muito pelo contrário, aí que nós vamos ter apoio mesmo das Oposições aqui nessa Casa de Leis.

Eu quero, Sr. Presidente, pela primeira vez, me retirar, porque eu tenho uma entrevista num canal de televisão às 11:30 horas, mas nunca saí deste Parlamento antes de terminar a Sessão, é que eu tenho um compromisso, mas eu quero aqui deixar registrado as ações políticas que realmente nós vamos conduzir daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Deputado Pedro Satélite, Srs. Deputados, eu estou ouvindo atentamente aqui os debates sobre o DETRAN.

Não poderia deixar de falar alguma coisa, porque eu sou funcionário há vinte anos do DETRAN - estou licenciado para exercer o mandato popular que o povo de Mato Grosso me concede já pela quinta vez... Eu, por conveniência, pedi licença do DETRAN, porque para exercer o cargo de Deputado a Constituição assim nos permite.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Eu pedi licença quando exerci a Presidência da Câmara de Várzea Grande, por achar que não dava para conciliar com o comando do Poder Legislativo, mesmo porque estávamos elaborando a Lei Orgânica do Município e o DETRAN... Então, eu solicitei licença porque ocupava a chefia da CIRETRAN de Várzea Grande. Eu tive o privilégio de fazer, por alguns anos, um trabalho que até hoje dá saudade lá em Várzea Grande, Deputado Carlão Nascimento.

Eu venho aqui em defesa do funcionário do DETRAN. Nós temos dois tipos de funcionários no DETRAN, o funcionário, aquele cidadão que está lá, dando a sua vida pelo órgão, há 15 ou 20 anos, e que não pode ser misturado com elementos que usam temporariamente o órgão e aprontam - causam problemas que muitas vezes nós somos testemunhas de que aprontam problemas -, usam do poder da máquina, e depois todo mundo do DETRAN entra num barco só. Eu venho aqui defender os cidadãos que estão lá há 15 ou 20 anos, que são funcionários do órgão, que muitas vezes são os que menos ganham, mais trabalham, e que na hora do bolo, do que é ruim, eles, conseqüentemente, são considerados como fazendo parte das irregularidades.

Eu não posso admitir que maculem aqui a imagem de um órgão, quando nós sabemos que há cidadãos que vestem a camisa, que trabalham, que defendem o seu pão no DETRAN, e que sentem orgulho, como eu sinto, de falar em toda parte que são funcionários do órgão.

Sei que o DETRAN é um órgão importante para toda a sociedade, muito embora hoje, com o novo Código, ele tenha as suas funções limitadíssimas, porque a grande maioria das funções foram passadas para os municípios, e hoje o DETRAN tem a sua função mais limitada, mas, mesmo assim, temos ali um grupo de funcionários que devido... E quero dizer que sou a favor - eu também fui Diretor do DETRAN - de que se apure todas as irregularidades, porque no dia em que eu entreguei a CIRETRAN que eu dirigia, eu pedi ao Chefe das CIRETRANs, ao Coordenador das CIRETRANs, que era o Delegado João Bosco, que está hoje frente à Delegacia do CPA e que, inclusive, está hoje obtendo os depoimentos do pessoal envolvido no caso Leopoldino, no caso dos depósitos judiciais... Então, eu solicitei, na época, que ele fosse e fizesse um levantamento na nossa CIRETRAN, porque eu entregaria, e queria entregar de uma forma que não tivesse nada depois que eu saísse. E foi feito. Entregamos, e tive o dissabor de saber que logo os sucessores cometerem irregularidades.

Eu fiz questão de colocar isso aí para a Diretoria do órgão, daquilo que eu administrei. Então, na verdade, eu sou defensor dos funcionários do DETRAN, porque são os meus colegas, como disse aqui o Deputado Hermínio J. Barreto, defendendo os seus colegas da Secretaria de Fazenda. Não é possível que meia dúzia cometa irregularidades e todos os funcionários do órgão sejam taxados como irresponsáveis. Então, vamos apurar todas as irregularidades possíveis. Coloquei-me à disposição dos Deputado Moacir Pires e de outros Deputados, e estou à disposição para apurar as irregularidades, porque como disse o Deputado Carlão Nascimento os que forem culpados têm e devem ser punidos.

O Sr. Carlão Nascimento - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Pois não, Deputado.

O Sr. Carlão Nascimento - Eu estou ouvindo atentamente V. Ex<sup>a</sup> e quero aproveitar a oportunidade para cumprimentá-lo, não só pelo brilhante Deputado que é, mas especialmente pelo grande servidor que é do DETRAN.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Quero dizer que o DETRAN tem muitos funcionários como V. Ex<sup>a</sup>, e é por isso que ele tem funcionado bem. Então, eu também sou um defensor do servidor do DETRAN, defendo todos aqueles que fazem do DETRAN um trabalho exemplar, e é exatamente por isso que nós tivemos o apoio de todos os funcionários do DETRAN quando lá estivemos.

Portanto, nós não podemos deixar o DETRAN voltar ao que era no passado. Teve toda uma história dos DETRANs do Brasil inteiro, que foi ao longo do tempo melhorando, e o DETRAN de Mato Grosso, eu me lembro bem quando eu assumi, era o órgão que o ex-Governador Jaime Campos cantava no Estado inteiro que era o melhor órgão, e realmente era. O ex-Presidente do DETRAN, Dr. João Medeiros, que é lá de Sinop, cidade do nosso colega Deputado Nilson Leitão, fez um grande trabalho no DETRAN. E qual não foi o meu desafio, por ter que trabalhar muito mais do que ele para que o Governo Dante de Oliveira tivesse o DETRAN como um órgão de ponta. E, graças a Deus, nós fizemos isso. Então, é com tristeza que eu vejo todas essas denúncias, e é por isso que peço aqui que seja apurado com bastante rigor, para que nós tenhamos no DETRAN um órgão que possa estar levando toda essa proposta que o Governo tem.

Há poucos dias, por exemplo, nobre Deputado, nós pedimos para informatizar algumas CIRETRANs do Estado. A resposta que veio de lá é de que não tinha recursos para informatizar o DETRAN. O Deputado Moacir Pires traz uma denúncia hoje aqui, que se gastou quatrocentos e poucos mil com propaganda, duzentos e poucos mil com publicidade de uma logomarca... Isso é grave, porque a sede do DETRAN está parada e o DETRAN é um órgão que precisa atender bem o cidadão, e atender bem o cidadão é melhorar a qualidade do serviço que ele presta, principalmente no interior. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu agradeço, Deputado Carlão Nascimento.

Eu noto a preocupação de V. Ex<sup>a</sup> por ter sido Diretor do órgão... Eu acho que o DETRAN é um órgão importante para todo o Estado e quase todo cidadão depende do DETRAN, todo cidadão que tem um carro, que tem uma motocicleta, depende do DETRAN. E quando se discute hoje um tratamento de ponta para o consumidor, para o cidadão, eu vejo com tristeza a notícia de que o DETRAN não tem como informatizar, mas tem dinheiro para gastar com coisas que não são essenciais.

Então, essa denúncia deve ser apurada, e eu estou à disposição. Eu acredito que nós temos esse dever de passar a limpo tudo que for considerado pela sociedade como irresponsabilidade.

O Sr. Hermínio J. Barreto - V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo o aparte ao Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Eu estou ouvindo atentamente, assim como ouvi aqui as denúncias do eminente Deputado Moacir Pires, um dos jovens e brilhantes Deputados desta Casa, a colocação justa, coerente, embasada, de uma pessoa que conhece o órgão de cor, porque realmente eu sou testemunha, quando o ex-Presidente, na época do Governador Jaime Campos, foi o grande Diretor-Presidente do DETRAN... E o Deputado Carlão Nascimento realmente fez um grande trabalho no DETRAN - há no País inteiro, em todos os lugares por onde viajamos, elogios ao DETRAN do Estado... Agora, V. Ex<sup>a</sup> faz uma defesa muito clara, muito objetiva dos funcionários. Não se pode generalizar. Quando há erros em um órgão público do Estado não se pode dizer que a corrupção generalizou-se no DETRAN. É evidente que tem que trazer provas contundentes, e os nomes das pessoas que estão envolvidas...

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Todo mundo sabe, todos sabem que eu sou funcionário da Secretaria de Fazenda desde 1971, prestei um concurso depois, em 1978, e é claro e evidente que tive votos, tive apoio de muitos colegas do interior do Estado de Mato Grosso - eu tive particularmente, por exemplo, uma votação extraordinária de alguns funcionários da Secretaria de Fazenda.

É evidente que hoje todos comentam que há uma “máfia no Fisco”! Com certeza, está sendo apurado pelo Ministério Público... A Assembléia Legislativa tem debatido aqui exaustivamente essa questão, se faz CPI ou se não faz CPI, a própria Secretaria de Fazenda, o próprio Secretário Valter Albano, esteve aqui...

Com certeza, não se pode generalizar... Os antigos, os milhares de funcionários da Secretaria de Fazenda, históricos funcionários da Secretaria de Fazenda, que têm 30 ou 40 anos, pessoas que já foram aposentadas e que, hoje, ficam até meio envergonhadas, porque generalizaram muito a instituição Secretaria de Fazenda, que é um dos órgãos que têm que ser um dos mais respeitados deste Estado, porque é a máquina arrecadadora, e com certeza essa máquina tem que ser respeitada.

Agora, está se apurando, está se verificando, e nós apoiamos essa verificação, como Deputado e até como colega desses que têm 30 ou 40 anos de trabalho prestado, que amam, que gostam do seu trabalho, que ganham a sua remuneração para fazer o seu serviço na Secretaria de Fazenda.

Eu quero parabenizá-lo por este discurso de defesa do funcionalismo do DETRAN, especificamente nesta manhã.

O SR. BENEDITO PINTO – Muito obrigado, Deputado Hermínio J. Barreto, eu não poderia deixar passar esta oportunidade, porque nós temos que diferenciar o joio do trigo...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) – Comunicamos que V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dois minutos e meio para terminar o seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO – Será o suficiente, Sr. Presidente.

Eu fiz questão de fazer este registro, simplesmente porque nós temos ali muitos pais de família que estão dando as suas vidas pelo órgão e carregando aquela instituição.

Eu lembro muito bem que em 83, Deputado Carlão Nascimento, quando a história do País ainda era outra, eu tive a oportunidade de ter como professor o Sr. Jeová, que hoje presta assessoria ao ex-Deputado Francisco Monteiro e está sempre aqui conosco. Eu e ele, o pessoal da equipe, da antiga Escola do DETRAN, fazíamos palestras duas vezes por semana nas escolas do Município de Várzea Grande, mostrando aos alunos a responsabilidade que todos nós temos que ter com a cidadania, para passar essa consciência de cidadania, porque todos nós somos responsáveis quando saímos nas ruas.

O trânsito tem sido uma fatalidade, tem sido uma fábrica de óbitos no Brasil, e naquela época nós já passávamos para os alunos que todos nós somos responsáveis pelo trânsito - e eu tenho certeza de que surtiu muito efeito. Nós vivíamos uma época de dificuldades, em que o DETRAN e o Estado de Mato Grosso estavam passando por uma onda de roubos de carros e assaltos, em que foram registrados vários fatos lamentáveis, inclusive o caso da “toalha azul”, em que todos os dias roubavam Brasília e carros de todas as marcas para levar para a Bolívia, e nós desempenhamos, naquela época, um trabalho honroso para o povo de Mato Grosso frente à CIRETRAN de Várzea Grande.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA CENTÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 1999,**  
**ÀS 08:00 HORAS.**

---

Portanto, era essa a minha participação, como registro, em defesa de quem está no órgão, que milita pelo órgão, que defende o órgão, que dá o suor pelo órgão e que dá a vida pelo DETRAN. Muito obrigado.

O Sr. Humberto Bosaipo - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho um convite aqui, que eu gostaria de ler porque o acho de fundamental importância... Hoje nós teremos também a Sessão Ordinária noturna, mas eu já quero registrar:

“O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Mato Grosso, convida a todos para a solenidade de abertura da 2ª Conferência dos Advogados de Mato Grosso, que será realizada no Hotel Fazenda Mato Grosso.”

E informam também aos Srs. Deputados que após a solenidade será servido um jantar de confraternização, se por ventura alguém quiser participar, tem aqui o número de um telefone para confirmar a presença. Então, Sr. Presidente, era essa a informação que nós queríamos prestar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais. Convido todos os Srs. Deputados, em especial o Deputado Humberto Bosaipo, 1º Secretário deste Poder Legislativo, a nos darem a honra também de participar da instalação da Comissão Especial que tratará das denúncias contra o IBAMA, que existem em nosso Estado e que são graves - essa reunião será na sala dos Deputados, logo após o término desta Sessão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Benedito Pinto, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Everaldo Simões e Nilson Leitão; da Bancada do Partido Popular Socialista - Humberto Bosaipo, Jair Mariano e Romoaldo Júnior; da Bancada do Partido da Frente Liberal: Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Shessarenko; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PMDB) e Wilson Teixeira Dentinho (PSDB).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: André Bringsken, do PSDB, e Gilney Viana, do PT.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para hoje à noite, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio  
Conferida por Regina Céli Arruda.